



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 3893483/2026 - SEMUS

São Luís - MA, 08 de maio de 2026

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Órgão/Setor Requisitante: SEMUS/SUPDAM – Superintendência de Administração.

1.2. Processo SEI nº15901.001415/2026.

1.3. Objeto: O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar o mercado e fornecer subsídios à seleção da solução mais adequada para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís – MA, consistente na contratação de serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, compreendendo, no mínimo, o fornecimento de enxoval em regime de comodato, coleta, lavagem, desinfecção, secagem e distribuição, reposição, transporte, incluindo o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e sistema de rastreamento individualizado das peças por meio de tecnologia RFID (ou equivalente), para atender as necessidades das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS.

1.4. Modalidade de contratação a ser adotada: Pregão Eletrônico (SRP), considerando que se trata de serviço “comum”, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Em relação ao tipo de serviço, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto caracteriza-se como serviço comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado. O processamento de roupas hospitalares constitui atividade amplamente regulamentada por normas sanitárias, ambientais e técnicas que estabelecem requisitos mínimos de infraestrutura, fluxos operacionais, controle de contaminação, tratamento de efluentes e rastreabilidade, o que contribui para a padronização dos procedimentos e viabiliza sua descrição clara e mensurável no Termo de Referência. Levantamento de mercado demonstra que tais serviços são rotineiramente contratados pela Administração Pública mediante pregão, evidenciando tratar-se de solução comum, com fornecedores estruturados e práticas consolidadas. Assim, a adoção de requisitos técnicos, tecnológicos e logísticos não afasta essa natureza, representando apenas detalhamento objetivo das condições de execução, plenamente compatível com a utilização do Pregão Eletrônico e do Sistema de Registro de Preços.

1.5. Critério de Julgamento: Menor preço global.

1.6. Tipo de Serviço: Serviço continuado, sem cessão de mão de obra.

1.7. Regime de Execução do Contrato: Empreitada por preço unitário, com remuneração calculada com base no **valor unitário por quilograma (kg) de roupas hospitalares efetivamente processadas**, conforme medições realizadas durante a execução contratual.

1.8. Registro de Preços: Sim

1.9. Grau de prioridade da contratação: Alta, por se tratar de serviço continuado e essencial à prestação dos serviços de saúde, cuja interrupção ou execução inadequada pode comprometer a **qualidade da**

assistência, a segurança do paciente e o controle de riscos sanitários, sendo indispensável à regularidade do funcionamento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

1.10. Responsáveis pelo Planejamento

Nome: Brenda Lopes Cabral

Matrícula: 63229

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021)

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Inicialmente, insta esclarecer que houve ampliação do número de leitos em funcionamento, expansão dos serviços assistenciais ofertados, inauguração e reestruturação de unidades de saúde, bem como alteração do perfil assistencial de determinadas unidades, circunstâncias que resultaram em aumento significativo do consumo diário de enxoval hospitalar. Tal cenário ocasionou defasagem quantitativa e operacional entre o serviço originalmente contratado e a demanda efetivamente existente, comprometendo o abastecimento regular de itens essenciais à assistência em saúde.

2.1.2. A futura e eventual contratação visa dar continuidade do serviço público essencial, segurança do paciente e o adequado controle de infecção hospitalar, especialmente diante da insuficiência de enxoval limpo em períodos críticos. Tal situação revela risco concreto à prestação do serviço assistencial, uma vez que o enxoval hospitalar constitui insumo indispensável à realização de procedimentos, internações e cuidados diretos e indiretos ao paciente.

2.1.3. Nesse contexto, a manutenção do adequado funcionamento das unidades de saúde, em especial aquelas integrantes da rede de média e alta complexidade, demanda o fornecimento contínuo, regular e tecnicamente adequado de enxoval hospitalar, em estrita observância às normas sanitárias vigentes, notadamente às diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA relativas ao processamento de roupas de uso em serviços de saúde, bem como às boas práticas de controle de agentes biológicos.

2.1.4. O desabastecimento ou fornecimento irregular de enxoval interfere de forma direta na assistência prestada, tornando inviável a realização segura de procedimentos e internações, além de expor pacientes e equipes multiprofissionais a riscos sanitários relevantes. Assim, a contratação ora pretendida objetiva assegurar o fornecimento adequado e o correto manejo do enxoval hospitalar, com vistas à mitigação de riscos ocupacionais, à prevenção de contaminação do ambiente assistencial e à preservação da saúde dos trabalhadores e usuários do sistema.

2.1.5. Destaca-se, ademais, que a lavagem e o processamento de roupas hospitalares por empresa especializada, dotada de infraestrutura, tecnologia e controle sanitário apropriados, constituem medida essencial para o atendimento das normas técnicas aplicáveis, assegurando maior durabilidade das peças, redução de riscos de contaminação cruzada e melhoria da qualidade do serviço prestado.

2.1.6. No cenário contemporâneo nacional, observa-se que grandes instituições públicas e privadas de saúde adotam sistemas modernos de rastreamento e controle do enxoval hospitalar, os quais proporcionam benefícios relevantes à gestão, tais como: otimização do controle e da reposição das peças, redução de custos operacionais, diminuição do manuseio físico da roupa suja, prevenção de extravios, identificação de uso inadequado e fortalecimento das ações de controle de infecção hospitalar, evitando, assim, prejuízos ao erário.

2.1.7. Cumpre ressaltar, ainda, que as unidades de processamento de roupas de serviços de saúde envolvem atividades que apresentam riscos à saúde do trabalhador, do usuário e ao meio ambiente, razão pela qual estão sujeitas à rigorosa regulação da vigilância sanitária. Nesse sentido, a realização desse processo fora do ambiente hospitalar, por meio da terceirização do serviço, contribui para a redução do Risco de Contaminação do Ambiente e mostra-se medida mais segura e vantajosa sob os aspectos sanitário, ambiental, trabalhista e econômico, especialmente diante da inexistência, no âmbito da SEMUS, de profissionais especializados, estrutura física adequada, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução direta dessa atividade.

2.1.8. Tal modelo de contratação permitirá também grande redução dos gastos com água, energia e manutenção, atualmente necessários para o funcionamento da unidade de processamento de roupas, além de reduzir os custos com aquisição, manutenção, depreciação de equipamentos e aquisição de insumos tais como: sacos, produtos químicos para higienização do enxoval, aviamentos, carros de transporte interno e hampers, necessários para o funcionamento da unidade de processamento de roupas dentro das dependências das unidades de saúde.

2.1.9. Dessa forma, resta devidamente caracterizada a necessidade de ampliação e adequação da contratação, como medida imprescindível para assegurar a continuidade, a qualidade e a segurança da assistência em saúde, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento.

2.1.10. O serviço em tela deverá contemplar as Unidades de Saúde elencadas neste Estudo Técnico com disponibilização de toda infraestrutura necessária para a execução das atividades de forma eficaz, e garantindo a qualidade necessária ao funcionamento da rede de média e alta complexidade.

2.1.11. Por fim, buscamos atender as diretrizes do Plano Anual de Saúde – PAS 2026/2029, que estabelece as intenções e resultados a serem alcançados durante a atual gestão e seus ajustes anuais que venham a ser necessários, oriundo das Programações Anuais da Saúde - PAS e resultados refletidos nos próximos Relatórios Anuais de Gestão, que orientam os trabalhos das equipes de saúde sendo aprimorados à luz das mudanças da realidade municipal da rede municipal de média e alta complexidade.

2.2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.2.1. A presente contratação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e pelo Decreto Municipal nº 62.276/2026. Este processo se insere no contexto de uma licitação **ordinária**, pautada pelo planejamento e pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

2.2.2. Aplicam-se, ainda, à presente contratação, no que couber, as normas sanitárias e técnicas pertinentes ao processamento de roupas de serviços de saúde, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como os regulamentos de metrologia relativos à aferição dos instrumentos de pesagem utilizados na execução do contrato, além das demais disposições legais e infralegais correlatas, dentre as quais se destacam:

- **Lei Federal nº 6.437/1977** – por disciplinar as infrações à legislação sanitária federal aplicáveis às atividades que envolvem risco à saúde pública;
- **Lei Federal nº 8.080/1990** – Lei Orgânica da Saúde, por estabelecer as bases legais da organização e da prestação dos serviços de saúde no âmbito do SUS;
- **Lei Federal nº 9.782/1999**, por definir o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS e atribuir à ANVISA competência para normatizar e fiscalizar serviços de interesse à saúde;
- **Lei Federal nº 10.357/2001**, que estabelece normas de **controle e fiscalização sobre produtos químicos** suscetíveis de uso direto ou indireto na elaboração de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, aplicável à contratação em razão da **utilização, armazenamento, manuseio e controle de produtos químicos empregados no processamento e na higienização de roupas hospitalares**.
- **Lei Federal nº 12.305/2010** – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **RDC ANVISA nº 06/2012** – Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências;
- **Resolução nº 237/1997 – Conama** – Atividades sujeitas a Licenciamento Ambiental;
- **Instrução Normativa nº 22/2021 – Ibama** – Define atividades potencialmente poluidoras.
- **Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos, da**

- **Manual de Lavanderia Hospitalar**, Ministério da Saúde, 1ª Edição, 1986 e suas atualizações;
- **Portaria MS nº 2.616/GM/1998**, que dispõe sobre o **Programa de Controle de Infecções Hospitalares**, aplicável ao processamento de roupas hospitalares como medida de prevenção de infecção cruzada;
- Regulamentos e atos normativos do INMETRO/IMEQ, aplicáveis à aferição e controle dos instrumentos de medição utilizados.

2.3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.3.1. A contratação está prevista no PCA 2026 – 2129, com os dados sincronizados e publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas. Vale ressaltar que a data da assinatura do documento corresponde à data da sua geração na Plataforma STARTGOV, do plano de Contratação Anual PCA 2026 – 2129.

- ID PCA PNCP: 06307102000130-0-00005/2026
- ID do item no PCA: 284
- Classe/Grupo: 399

DISPONÍVEL EM: <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2026/5>

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021)

3.1. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS LICITANTES

3.1.1. A prestação de serviços de lavanderia hospitalar externa com fornecimento, em comodato, de enxoval, com sistema de monitoramento/rastreabilidade, envolverá todo o processo de gestão do enxoval com disponibilização de roupas hospitalares em ideais condições de uso. Entende-se por ideais condições de uso, roupas que tenham passado por todas as etapas do processo de higienização, conforme o padrão estabelecido pelo Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 2009.

3.1.2. A lavagem de roupas consiste no procedimento que possibilita o reprocessamento do enxoval hospitalar nas unidades de saúde em condições higiênico-sanitárias adequadas, tendo a lavanderia hospitalar como finalidade a conversão da roupa suja em roupa limpa e higienizada. Nesse contexto, o processamento das roupas não deve representar risco de infecção, contaminação ou irritação, tanto para os pacientes quanto para os trabalhadores dos Estabelecimentos de Saúde, devendo observar rigorosamente os protocolos técnicos e as boas práticas de biossegurança.

3.1.3. Após o uso, as peças do enxoval hospitalar apresentam sujidades que podem ser classificadas em sujidades leves (poeira, suor, entre outras), sujidades pesadas (sangue, secreções ou excreções de pacientes) e roupas contaminadas (presença de vírus, bactérias, entre outros agentes biológicos), conforme estabelecido na publicação do Ministério da Saúde – Manual de Lavanderia Hospitalar, 1ª Edição, 1986.

3.1.4. A Contratada deverá possuir lavanderia própria ou estrutura compatível comprovada por qualquer meio idôneo para processamento de roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade (desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículo adequado.

3.1.5. Diante disso, este Estudo foi elaborado para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de processamento de roupa hospitalar/enxoval, visando garantir a adequada higienização, controle, acondicionamento transporte e fornecimento dos itens. Portanto, os presentes requisitos de habilitação foram elencados levando-se em consideração as peculiaridades do serviço a ser prestado:

a) Quanto à **habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista e à qualificação econômico-**

financeira, deverão ser exigidos os documentos previstos nos arts. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o edital padronizado adotado pela Central Permanente de Licitação – CPL do Município de São Luís para os pregões eletrônicos, bem como os respectivos modelos e checklists instituídos pela Administração;

b) quanto à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**, deverão ser exigidos os documentos abaixo relacionados, destinados a comprovar que a licitante exerce regularmente a atividade de processamento de roupas hospitalares para serviços de saúde, encontrando-se em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e regulatórias aplicáveis:

b.1) **apresentar pelo menos 01 (um) Atestado(s) de Capacidade Técnica**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou está executando serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, com características semelhantes ao objeto da presente contratação, com quantitativo mínimo de 773.112,60 Kg, correspondente a 30% do quantitativo anual estimado de kg de roupas;

b.1.1) Para atendimento do quantitativo exigido acima, deverá ser admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação;

b.1.2) O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

b.1.3) O atestado deverá conter, dentre outras informações, o período da execução da atividade e quantitativo do objeto prestado;

b.1.4) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador de serviço;

b.2) **Prova de registro ou inscrição na empresa na entidade profissional competente**, dentro do prazo de validade, devendo ser considerado o **Conselho Regional de Química** do local da sede ou domicílio da licitante. A exigência desse registro fundamenta-se na natureza técnica do objeto, que envolve o processamento de roupas hospitalares com utilização de agentes químicos, controle de dosagem de insumos, monitoramento de processos de desinfecção e tratamento de efluentes, atividades estas diretamente relacionadas ao campo de atuação da Química. Ressalta-se que tal exigência não possui caráter restritivo ou exclusivo, sendo admitida a comprovação de regularidade junto a outros conselhos profissionais, desde que demonstrada a pertinência técnica com as atividades desempenhadas no objeto contratual e a existência de responsável técnico legalmente habilitado para supervisionar os processos envolvidos, em observância aos princípios da competitividade e da ampla participação.

b.3) **LICENÇA SANITÁRIA ESTADUAL OU MUNICIPAL (ALVARÁ SANITÁRIO)** da Lavanderia Hospitalar em operação pela licitante, compatível com o objeto licitado, emitida pelo órgão de Vigilância Sanitária competente, dentro do prazo de validade, **independentemente da unidade da federação em que se encontre instalada**;

b.3.1) A licitante deverá possuir lavanderia hospitalar própria ou estrutura compatível para processamento da roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade (desinfecção, higienização, reparos, acondicionamento, guarda e transporte de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados;

b.3.2) O documento deverá explicitar o tipo de serviço atendido e a origem das roupas a serem processadas como “serviços de saúde”;

b.4) **LICENÇA AMBIENTAL/ AUTORIZAÇÃO OPERACIONAL**, emitida pelo órgão ambiental competente, válida e compatível com a atividade de processamento de roupas de serviços de saúde, **referente à unidade atualmente operada pela licitante**, localizada na Grande Ilha de São Luís (compreendida como a região metropolitana formada pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – MA), ou, nos termos do item 3.1.5. - d.1, excepcionalmente, referente a unidade situada fora dessa área, desde que a licitante comprove, de forma objetiva, capacidade logística suficiente para assegurar o cumprimento integral dos prazos, níveis de serviço e condições operacionais exigidas pela

Administração.

b.4.1) O documento supramencionado deverá explicitar o tipo de serviço que atende e a origem das roupas a serem processadas como provenientes de “serviços de saúde”.

b.4.2) Em caso de Licença Ambiental vencida, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação, acompanhada da cópia da regularidade vencida. A não apresentação da regularidade da Licença Ambiental e do pedido de revalidação (protocolo) implicará na inabilitação;

b.5) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE da Empresa junto ao IBAMA**, comprovando que a licitante se encontra em situação regular quanto às obrigações ambientais aplicáveis à atividade exercida;

b.6) **CERTIFICADO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO (CLF)**, expedido pela Polícia Federal, comprovando que a licitante exerce atividade com utilização de produtos químicos sujeitos a controle e fiscalização, nos termos da **Lei Federal nº 10.357/2001.**;

b.7) **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SANITÁRIA DA ESTRUTURA FÍSICA**, firmada pelo representante legal da licitante e pelo responsável técnico, atestando que a unidade de processamento de roupas hospitalares possui **barreira de descontaminação (barreira anti-infecção cruzada)**, com **separação física absoluta** entre a área de recepção/expurgo (roupa suja) e a área de higienização/acabamento (roupa limpa), em conformidade com a **Portaria do Ministério da Saúde nº 2.616/GM, de 12 de maio de 1998**, a **RDC ANVISA nº 50/2002** e o **Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde**, assegurando o **fluxo unidirecional das roupas** e impedindo o cruzamento entre roupas sujas e limpas;

c) quanto à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**, deverão ser exigidos os documentos abaixo relacionados:

c.1) Indicação de **RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT)**, habilitado e regularizado junto ao seu respectivo conselho regional, com conhecimento técnico na área objeto deste termo, para supervisionar a execução dos serviços contratados;

c.2) **apresentar pelo menos 01 (um) Atestado(s) de Capacidade Técnica**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o **Responsável Técnico indicado** executou ou está executando **serviços continuados de processamento de roupas hospitalares**, com **características semelhantes ao objeto da presente contratação**, compatíveis com a natureza, a complexidade e as exigências técnicas do serviço;

c.3) **Prova de registro ou inscrição do Responsável Técnico indicado na entidade profissional competente**, dentro do prazo de validade, devendo ser considerado o Conselho Regional de Química;

c.4) Os documentos poderão ser apresentados: **(i)** em original; **(ii)** em fotocópia autenticada por Tabelião de Notas; **(iii)** em fotocópia acompanhada do original, para conferência e autenticação por servidor da CPL; **(iv)** por publicação em órgão da imprensa oficial; ou **(v)** por meio de autenticação digital, na forma admitida pela legislação vigente;

c.5) O **RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT)** indicado deverá participar da gestão e supervisão do serviço objeto do Contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

d) Quanto às **DECLARAÇÕES DE COMPROMISSO RELATIVAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL**, deverão ser apresentadas as declarações abaixo relacionadas, destinadas a formalizar providências a serem adotadas pela licitante **caso venha a ser declarada vencedora do certame, com efeitos condicionados à fase de execução contratual, após a assinatura do Contrato Administrativo e previamente ao início dos serviços**. Tais declarações deverão ser apresentadas no momento da habilitação, possuindo natureza exclusivamente declaratória (não se confundindo com os documentos de comprovação imediata exigidos nesta fase):

d.1) **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE LAVANDERIA HOSPITALAR PRÓPRIA (ou**

estrutura compatível comprovada por qualquer meio idôneo), assinada pelo representante legal da licitante, na qual fique expressamente consignado que, caso seja declarada vencedora da licitação, a empresa se compromete a disponibilizar unidade própria de processamento de roupas hospitalares na Grande Ilha de São Luís, compreendida como a região metropolitana formada pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa– MA, dotada de infraestrutura física adequada, equipamentos compatíveis, capacidade operacional instalada e recursos humanos qualificados, suficiente para atendimento integral do objeto contratado, sem subcontratação do processamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da assinatura do Contrato Administrativo, admitindo-se, excepcionalmente, unidade localizada fora dessa área, desde que a licitante **comprove** capacidade logística suficiente para cumprimento integral dos prazos, níveis de serviço e condições operacionais exigidas pela Administração (A exigência de disponibilização de estrutura operacional na Grande Ilha de São Luís, compreendida pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, decorre da necessidade de garantir a adequada prestação de serviço essencial, contínuo e diretamente relacionado à assistência à saúde, cujo funcionamento não admite descontinuidade ou atrasos. O processamento de roupas hospitalares envolve riscos sanitários relevantes, especialmente quanto à contaminação cruzada e à necessidade de manutenção de fluxo contínuo de enxoval limpo nas unidades de saúde, sendo imprescindível o cumprimento rigoroso de prazos de coleta, processamento e redistribuição. A proximidade geográfica da unidade operacional permite maior controle logístico, redução de tempo de ciclo, resposta célere a demandas emergenciais e mitigação de riscos operacionais e sanitários. Ademais, a exigência não se apresenta de forma absoluta, uma vez que se admite, excepcionalmente, a utilização de estrutura localizada fora da região metropolitana, desde que a licitante comprove, de forma objetiva, capacidade logística suficiente para cumprimento integral dos níveis de serviço, prazos contratuais e condições operacionais estabelecidas, preservando-se, assim, a competitividade do certame e a isonomia entre os licitantes).

d.2) DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR EM REGIME DE COMODATO, assinada pelo representante legal da licitante, na qual fique expressamente consignado que, **caso seja declarada vencedora da licitação**, a empresa se compromete a **disponibilizar integralmente todo o enxoval hospitalar necessário à execução do objeto**, em regime de comodato, **em quantidade suficiente para atendimento integral da demanda das Unidades de Saúde do Município de São Luís – MA**, observada a grade de peças, relação das unidades e quantitativos estimados constantes do ETP e seus anexos, **sem subcontratação do fornecimento do enxoval**, no prazo máximo de **30 (trinta) dias consecutivos**, contados da assinatura do Contrato Administrativo;

d.3) DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE REGULARIDADE SANITÁRIA, assinada pelo representante legal da licitante, na qual fique expressamente consignado que, caso seja declarada vencedora da licitação, a empresa se compromete a obter e apresentar, antes do início da execução dos serviços, Licença ou Alvará de Funcionamento Sanitário válido, emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente (municipal ou estadual), referente à unidade própria ou estrutura compatível de processamento de roupas hospitalares, compatível com o objeto contratual;

d.4) DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM AS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS, assinada pelo representante legal da licitante, na qual fique expressamente consignado que, caso seja declarada vencedora da licitação e após a assinatura do Contrato Administrativo, a empresa se compromete a cumprir integralmente, durante todo o prazo de vigência e sob as penas da lei, as **obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas** para pleno atendimento dos direitos assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, em especial:

- a) não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- b) cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho;
- c) observar e manter o cumprimento da cota de contratação de jovens aprendizes, nos percentuais legalmente fixados (mínimo de 5% e máximo de 15% do quadro de funcionários), conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem) e suas regulamentações.

3.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADMISSÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS NA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.2.1. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar a ampla competitividade, a isonomia entre os interessados e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, entende-se juridicamente possível e tecnicamente admissível a participação de empresas reunidas em consórcio, bem como de cooperativas, desde que observadas integralmente as exigências legais, técnicas, operacionais, sanitárias e de qualificação previstas nos instrumentos da contratação.

3.2.2. A admissão de consórcios mostra-se compatível com a presente contratação na medida em que poderá ampliar o universo de participantes aptos a atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, especialmente em objeto que exige capacidade operacional, logística, tecnológica e estrutural relevante, permitindo a conjugação de expertises, recursos materiais e capacidade de mobilização entre empresas distintas, sem prejuízo da responsabilidade contratual perante a Administração.

3.2.3. Nessa hipótese, a eventual participação em consórcio deverá observar rigorosamente as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à indicação da empresa líder, à responsabilidade solidária entre as consorciadas, à demonstração de capacidade técnica e econômico-financeira, bem como à plena identificação das obrigações assumidas por cada integrante, de forma a não comprometer a fiscalização, a gestão contratual, a aplicação de sanções e a responsabilização administrativa.

3.2.4. De igual modo, admite-se a participação de cooperativas, desde que estas comprovem possuir estrutura técnica, operacional e administrativa compatível com a complexidade e a criticidade do objeto, inclusive quanto à disponibilidade contínua de mão de obra, regularidade jurídica e fiscal, observância da legislação aplicável, responsabilidade técnica formalmente constituída, bem como capacidade efetiva de atendimento das exigências sanitárias, logísticas e assistenciais inerentes ao processamento de roupas hospitalares.

3.2.5. A admissão de cooperativas não afasta a necessidade de comprovação plena de aptidão para a execução do objeto, devendo a entidade demonstrar que possui organização produtiva suficiente para assegurar a prestação contínua, regular, segura e padronizada dos serviços, especialmente em razão da essencialidade do abastecimento de enxoval hospitalar para o funcionamento das unidades de saúde.

3.2.6. Ressalta-se que, em qualquer hipótese, seja na participação individual, em consórcio ou por cooperativa, a futura contratada deverá atender integralmente às exigências relacionadas à capacidade operacional, rastreabilidade das peças, controle sanitário, fornecimento do enxoval em regime de comodato, logística de coleta e entrega, continuidade da execução e observância das normas técnicas e sanitárias aplicáveis, não sendo admitida qualquer flexibilização que comprometa a segurança assistencial ou a qualidade dos serviços.

3.2.7. Assim, a admissão de consórcios e cooperativas, no presente caso, revela-se medida compatível com os princípios da competitividade, da impessoalidade, da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da imposição de requisitos técnicos e operacionais estritamente necessários à adequada execução contratual e à proteção do interesse público.

3.3. GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.3.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

3.3.2. A licitante vencedora poderá escolher uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro;

b) caução em títulos da dívida pública, considerado apenas seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;

- c) Seguro-Garantia;
- d) Fiança Bancária;
- e) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

3.3.3. A garantia deverá ser previamente apresentada, antes da assinatura do Contrato Administrativo, observado os seguintes prazos:

- a) quando a licitante vencedora optar pela modalidade de seguro-garantia: prazo mínimo de 1 (um) mês, contado a partir da data de homologação da licitação (art. 96, § 3º, Lei Federal nº 14.133);
- b) quando a licitante vencedora optar pelas demais modalidades: prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contado a partir da data de homologação da licitação.
- c) O prazo para apresentação de garantia poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que a licitante vencedora apresente as justificativas pertinentes, que deverão ser analisadas pela Administração.
- d) Eventual pedido de prorrogação de prazo deverá ser formalizado por escrito e protocolado antes do término do prazo previsto.

3.3.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e,
- c) eventuais obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

3.3.5. Caso a opção seja por recolher a **caução em dinheiro**, a garantia deverá ser efetuada em favor da Prefeitura Municipal de São Luís, em conta específica a ser informada pela SEMUS, com correção monetária.

3.3.6. A licitante vencedora deverá providenciar prévio agendamento na SEMUS para obter informações sobre trâmites para garantia em moeda corrente, por meio do e-mail csgsemus@gmail.com ou agendado atendimento presencial no seguinte endereço: Rua Deputado Raimundo Viera da Silva, nº 2000- Parque do Bom Menino-CENTRO, de São Luís-MA.

3.3.7. Caso a opção seja por utilizar **títulos da dívida pública**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

3.3.8. Caso utilizada a **modalidade de seguro-garantia**, a licitante vencedora deverá apresentar a identificação da seguradora com a devida comprovação de registro mediante Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e comprovante de emissão da respectiva apólice/certificado de seguro.

3.3.8.1. A apólice permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

3.3.8.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

3.3.8.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

3.3.8.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 3.3.4, observada a legislação que rege a matéria.

3.3.9. No caso de garantia na **modalidade de fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

3.3.10. No caso de garantia na **modalidade de título de capitalização custeado por pagamento único**, o título deverá ter sido comercializado por Sociedade de Capitalização devidamente autorizada a funcionar e somente será aceito se estiver devidamente registrado da SUPSEP.

3.3.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à SEMUS juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

3.3.11. No caso de alteração do valor do Contrato e/ou prorrogação de sua vigência, a Contratada se obriga a providenciar o ajuste ou renovação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

3.3.12. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

3.3.13. Na hipótese do valor da garantia ser utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for Notificada.

3.3.14. A SEMUS executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

3.3.14.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pela SEMUS quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.3.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

3.3.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

3.3.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

3.3.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

3.3.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

3.3.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela SEMUS com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

3.3.18. A Contratada autoriza a SEMUS a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

3.4. VISTORIA PRÉVIA

3.4.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, a empresa PODERÁ realizar vistoria nas

instalações do local de execução dos serviços (opcional), acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h.

3.4.2. E-mail institucional para fins de prévio agendamento da visita, caso a empresa vislumbre a necessidade de fazê-la: csgsemus@gmail.com.

3.4.3. O prazo para vistoria será de apenas 3 (três) dias, contado da data da publicação do aviso da licitação.

3.4.4. No caso da realização de vistoria, a empresa deverá apresentar “Termo de Vistoria” assinado pelo seu Responsável Técnico.

3.4.5. Para a vistoria, a empresa ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.4.6. No caso da não realização de vistoria, a empresa deverá apresentar “declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação/Pregão.

3.4.7. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.4.8. A Administração poderá realizar visitas técnicas e inspeções às instalações da futura Contratada, durante a execução do Contrato, para fins de fiscalização, verificação do cumprimento das obrigações assumidas e avaliação das condições de processamento das roupas hospitalares, sem que tais diligências se confundam com vistoria prévia de participação no certame.

3.5. REQUISITOS PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.5.1 REQUISITOS GERAIS

3.5.1.1. A licitante deverá possuir lavanderia hospitalar própria ou estrutura compatível para processamento da roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade (desinfecção, higienização, reparos, acondicionamento, guarda e transporte de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados;

3.5.1.2. A Contratada deverá disponibilizar quantitativo de enxoval suficiente para atender integralmente ao ciclo operacional completo, compreendendo as fases de uso nas unidades assistenciais, processamento/lavagem, transporte e estoque operacional para reposição imediata, assumindo integral responsabilidade pelo dimensionamento adequado, de modo a garantir a continuidade do atendimento e evitar desabastecimentos.

3.5.1.3. Na continuidade da execução contratual, a Contratada deverá assegurar quantitativo suficiente para atender ao ciclo operacional completo do enxoval, considerando as quatro etapas simultâneas do processo, a saber:

I–enxoval em uso nas unidades assistenciais;

II–enxoval em processamento/lavagem na lavanderia;

III–enxoval em traslado/transporte entre a unidade de saúde e a lavanderia; e

IV – enxoval em estoque operacional para reposição imediata. Tal dimensionamento visa garantir a continuidade do atendimento, evitar desabastecimentos e assegurar o fluxo adequado de reposição, em

conformidade com as boas práticas de gestão de enxoval hospitalar.

3.5.1.4. No transporte do enxoval entre as unidades/hospitais e as dependências da Contratada, deverá ser observada a separação rigorosa entre roupa suja e roupa limpa, de forma a evitar qualquer risco de contaminação cruzada. O transporte deverá ser realizado, preferencialmente, em veículos distintos ou, quando tecnicamente justificado, em compartimentos fisicamente segregados, com barreiras físicas, fluxos independentes e identificação adequada, em conformidade com o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (ANVISA, 2009) e a RDC ANVISA nº 06/2012. Os veículos deverão ser exclusivos ou dedicados ao transporte de enxoval hospitalar, dotados de condições que assegurem a integridade, proteção, higiene, rastreabilidade e biossegurança durante todo o traslado, incluindo procedimentos de higienização periódica dos compartimentos e controle documental do fluxo de coleta e entrega.

3.5.1.5. A licitante deverá disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

3.5.1.6. A empresa deve ter experiência comprovada na lavagem de roupa com contaminação biológica, ter registro na ANVISA para funcionamento e utilizar materiais e produtos químicos conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente, atendendo no que couber os critérios de sustentabilidade ambiental;

3.5.1.7. A empresa especializada deverá possuir lavanderia própria ou estrutura compatível comprovada por qualquer meio idôneo para processamento da roupa, dotada de condições totais a suprir a necessidade - desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados;

3.5.1.8. Os produtos saneantes, detergentes, desinfetantes e demais insumos químicos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados ou notificados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme disposto na Lei Federal nº 6.360, de 1976, no Decreto nº 8.077, de 2013, na RDC ANVISA nº 40, de 2008, e na RDC ANVISA nº 59, de 2010, ou outras que venham a substituí-las ou complementá-las. Deverão, ainda, ser apresentadas, sempre que solicitado, as FISPQ – Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos, atualizadas, conforme a ABNT NBR 14725, bem como demais documentos técnicos exigidos pelos órgãos reguladores, garantindo a rastreabilidade, a segurança ocupacional e a conformidade sanitária dos produtos utilizados.

3.5.1.9. As coletas do enxoval nos hospitais e unidades de saúde deverão ser realizadas por empregados da Contratada devidamente capacitados, treinados, uniformizados e equipados com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em conformidade com a NR-06 (Equipamentos de Proteção Individual) e a NR-32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde), bem como demais normas aplicáveis, devendo ser utilizados EPIs compatíveis com os riscos da atividade, tais como luvas de proteção, avental impermeável, máscara de proteção, botas impermeáveis ou calçados de segurança, óculos de proteção ou protetor facial e gorro, quando aplicável, em quantidade suficiente para atendimento da demanda, de modo a assegurar a regularidade, a continuidade do serviço e a prevenção de riscos ocupacionais nas dependências da Contratante.

3.5.1.10. O processamento das roupas hospitalares abrange todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, conforme diretrizes da Publicação ANVISA - Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos - Série Tecnologia em Serviços de Saúde – 1ª EDIÇÃO, 2009, quais sejam:

- I. Coleta da roupa suja no setor determinado pelo hospital/unidade de saúde;
- II. Pesagem e Retirada da roupa suja;
- III. Transporte da roupa suja para as dependências da Contratada;
- IV. Recebimento e acondicionamento da roupa suja nas dependências da Contratada;
- V. Separação e classificação da roupa suja;
- VI. Lavagem da roupa suja, incluindo: umectação, pré-lavagem, lavagem, alveijamento, enxague, neutralização ou acidulação e amaciamento.

- VII. Secagem e calandragem da roupa limpa;
- VIII. Reparo e reaproveitamento de peças danificadas;
- IX. Separação, dobra e embalagem da roupa limpa;
- X. Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia para o hospital/unidade de saúde;

3.5.1.11. As roupas serão coletadas pela Contratada diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, em horário estabelecido pelo Gestor do Contrato e, em casos de necessidade, em outra periodicidade por esta estabelecida, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas, conforme endereços listados no Anexo II, de acordo com a Ordem de Serviço e Cronograma, sendo devolvidas devidamente lavadas, passadas e embaladas em saco plástico transparente;

3.5.1.12. A Contratada deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem utilizada, sempre que comprovadamente se fizer necessário e sem ônus para o Contratante;

3.5.1.13. Fica reservado ao Contratante o direito de realizar visitas às dependências da Contratada, para a supervisão, sempre que julgar necessário, devendo agendar vistorias técnicas, podendo utilizar de modelo disponibilizado pela ANVISA para esta finalidade;

3.5.1.14. A coleta interna será realizada com um carro contentor em plástico resistente, com tampa, laváveis, com dreno para eliminação de líquidos, capacidade de acordo com a demanda do hospital/unidade de saúde, na cor BRANCA, com identificação de RS (Roupa suja), os quais NÃO devem servir à distribuição de roupas limpas;

3.5.1.15. Os sacos deverão ser vedados e pesados na presença de servidor da Contratante e do representante da Contratada, que os transportará para as dependências da Contratada, em veículo próprio, tipo baú;

3.5.1.16. Os veículos utilizados para o transporte das roupas hospitalares deverão estar sob a responsabilidade da Contratada, devidamente regularizados, higienizados e adequados às normas sanitárias aplicáveis, podendo ser próprios, locados ou contratados por qualquer meio idôneo, desde que assegurada a disponibilidade contínua, rastreabilidade, controle operacional e atendimento integral aos prazos e níveis de serviço estabelecidos.

3.5.1.17. A exigência de disponibilidade contínua de veículos vinculados à execução contratual fundamenta-se na natureza essencial, contínua e sanitariamente sensível do serviço, que demanda controle rigoroso sobre o transporte de roupas contaminadas e limpas, evitando riscos de contaminação cruzada, atrasos logísticos e descontinuidade do abastecimento. Todavia, para fins de preservação da competitividade, admite-se que tais veículos não sejam necessariamente de propriedade da licitante, desde que estejam sob sua responsabilidade direta e atendam integralmente às exigências técnicas, sanitárias e operacionais estabelecidas.

3.5.1.18. Caso exista diferença entre a quantidade de roupas apurada pelo Contratante e pela Contratada, utilizar-se-á aquela apurada pelo Contratante para efeitos de pagamento;

3.5.1.19. A empresa especializada deverá disponibilizar um funcionário para acompanhar a retirada de enxoval sujo assim como a entrega do enxoval limpo. As movimentações de roupas, tanto de entrada das roupas processadas quanto de saída das roupas com sujidade, sejam registradas em arquivo digital;

3.5.1.20. O deslocamento da roupa suja até o veículo que a transportará até as dependências da Contratada deverá ser feito por meio da “rota de roupa suja”, observando-se que em hipótese alguma haja cruzamento entre roupa limpa e roupa suja.

3.5.1.21. A empresa especializada deverá disponibilizar sacos hampers confeccionado em algodão cru com cordão para fixação e ajuste no suporte, assim como todos os equipamentos e materiais para a pesagem e o transporte do enxoval;

3.5.1.22. Excepcionalmente, poderá ser solicitada coleta e/ou entrega extraordinária de roupas hospitalares fora da rotina previamente estabelecida, nas hipóteses de aumento súbito e não programado da

demanda assistencial, ocorrência de evento epidemiológico ou necessidade emergencial devidamente justificada pela unidade de saúde. A solicitação deverá ser formalizada pelo Fiscal do Contrato, mediante Ordem de Serviço, com indicação da unidade, volume estimado e prazo de atendimento. O atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 24 horas. A eventual repercussão financeira observará as regras previstas no contrato e na legislação aplicável;

3.5.1.23. **A empresa licitante deverá atender a solicitação da equipe de fiscalização do contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas;**

3.5.1.24. Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar a segurança e salubridade aos seres humanos envolvidos no processo, em observância à NR 32, de novembro de 2005-Ministério do Trabalho e Emprego – Que estabelece diretrizes de segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;

3.5.1.25. As peças destinadas ao atendimento deste objeto, **descritas no anexo I deste Estudo Técnico**, deverão ser: padronizadas (padronagem abrange o modelo da peça, tipo de tecido, cor e medidas) e de primeiro uso (novas - não sendo admitidas peças já usadas, com manchas de sujidade, defeituosas ou com tecido degradado), atendendo à Resolução CONMETRO nº 2 de 06/05/2008 - *Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Técnico Mercosul Sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis* e ABNT - NBR – 12546 de 2017, NBR 13734 de 1996, NBR 14027 de 1997, NBR 14028 de 1997, NBR – 13917 de 1997 - Normas ABNT NBR para roupas hospitalares;

3.5.1.26. Os serviços deverão ser executados **diretamente pela empresa Contratada**, com fornecimento de todo o material, ferramentas, utensílios e equipamentos necessários, sendo **vedada a subcontratação**. O processamento das roupas hospitalares deverá ocorrer exclusivamente nas instalações da própria Contratada, cabendo-lhe, sob sua inteira responsabilidade técnica, sanitária e operacional, a execução integrada das etapas de coleta, transporte, processamento e devolução do enxoval às Unidades de Saúde;

3.5.1.27. A equipe técnica da licitante deverá apresentar-se nos locais de execução dos serviços devidamente uniformizada, inclusive com utilizações de crachás de identificação funcional e da empresa. Usar, obrigatoriamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em vista do risco que os serviços oferecem;

3.5.1.28. Toda roupa limpa que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória deverá ser separada, retornando para a seção de rouparia para que seja feito, pela empresa especializada, um novo processo de lavagem ou remoção de manchas e desinfecção, não havendo ônus para a SEMUS;

3.5.1.29. A licitante estará sujeita às sanções previstas na legislação regente, em caso de descumprimento das obrigações previstas em tal normativo.

3.5.1.30. A licitante deverá disponibilizar sistema eletrônico que permita o rastreamento de cada uma das peças de enxoval disponibilizado nas unidades de saúde.

3.5.1.31. Entenda-se como processamento o ciclo completo da lavagem, incluindo a pesagem e a separação prévia das roupas, a pré-lavagem e a lavagem, aí obedecidas as especificações dos enxagues, o alveijamento, a desinfecção, a acidulação, o amaciamento, a secagem, a revisão, a separação, o reparo de danos, a passagem, a dobradura, o empacotamento das peças separadas por tipos, tamanhos, kits, e qualquer outra etapa necessária ao fornecimento das roupas em perfeitas condições de uso e maior facilidade de utilização pelos usuários;

3.5.1.32. O processamento deverá obedecer ao descrito no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – 2009 e deve assegurar a eliminação de substâncias alergênicas ou irritantes existentes nos removedores de sujidades;

3.5.1.33. No processo de lavagem da roupa, somente devem ser utilizados produtos saneantes (sabões, detergentes, alvejantes, amaciantes de tecidos, neutralizadores, desinfetantes, dentre outros) devidamente registrados/notificados na ANVISA. As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente às instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado;

3.5.1.34. A coleta e entrega do enxoval deverá ser realizada de acordo com periodicidade e horário pré estabelecidos pela Contratante, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas;

3.5.1.35. A CONTRATADA arcará com até 8% (oito por cento) de reposição de peças pertencentes ao enxoval em Comodato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, na hipótese de evasão

apurada após verificação através de inventários;

3.5.1.36. Define-se como evasão, o enxoval diagnosticado como perdido, sem que fosse justificado à Contratada seu desaparecimento;

3.5.1.37. Os custos com a perda de enxoval, causados pela evasão, que ultrapassar os 8%, será de responsabilidade da CONTRATANTE, e a CONTRATADA poderá cobrar através de fatura específica a cada trimestre, desde que apresente a comprovação de reposição do percentual que excedeu à sua responsabilidade;

3.5.1.38. Após a efetiva reposição referente à evasão, a Contratada deverá apresentar, quando da cobrança do valor referente ao enxoval reposto, a comprovação dos custos com a reposição, através de tabelas/notas fiscais/faturas;

3.5.1.39. O pagamento dos custos com a perda de enxoval ficará condicionado à comprovação da reposição do enxoval;

3.5.1.40. Considerando que o fornecimento do enxoval hospitalar ocorrerá em regime de comodato, cumpre registrar que os riscos inerentes à perda de peças decorrentes de evasão ou extravio nas dependências das unidades de saúde poderão integrar a esfera do risco administrativo próprio da Administração Pública;

3.5.1.41. Nessas hipóteses, uma vez devidamente comprovado que a ocorrência se deu no âmbito das unidades assistenciais da rede municipal e que ultrapassado o percentual de responsabilidade atribuído à contratada, a Administração poderá responder pelos prejuízos efetivamente demonstrados, mediante procedimento administrativo próprio de apuração. Tal responsabilização decorre da aplicação do regime jurídico administrativo e da teoria do risco administrativo, segundo a qual a Administração responde objetivamente pelos danos causados a terceiros no exercício de suas atividades, quando comprovado o nexo causal entre a atuação administrativa e o prejuízo experimentado.

3.5.1.42. Ressalte-se, contudo, que eventual indenização não se confunde com o valor estimado ou referencial das peças constantes da grade de enxoval, tampouco constitui obrigação automática ou faturamento ordinário do contrato. A recomposição patrimonial dependerá da instauração de processo administrativo específico, com apuração das circunstâncias do extravio, verificação de responsabilidade, comprovação da reposição das peças e disponibilidade orçamentária própria, observando-se os procedimentos legais pertinentes à indenização administrativa.

3.5.2 Reparo e reaproveitamento de peças danificadas

a. As peças que não se apresentarem de acordo com os padrões aceitos pela Contratante (danificadas e/ou desgastadas pelo tempo de uso), serão consideradas excluídas, sendo de responsabilidade da Contratada a reposição imediata (em até 24 horas), dentro das mesmas características do enxoval elencado neste Estudo Técnico Preliminar.

b. Serão consideradas impróprias para uso as peças do enxoval hospitalar que não mais suportem reparos técnicos, ou que apresentem comprometimento da integridade estrutural, da funcionalidade, da segurança, da higiene ou do conforto do usuário, devendo ser segregadas, baixadas do patrimônio operacional e substituídas, conforme critérios técnicos de gestão de enxoval e práticas adotadas.

c. Caberá ao setor de Lavanderia dos hospitais indicar as roupas consideradas impróprias para o uso.

d. As peças danificadas e/ou desgastadas, mas ainda dentro do padrão de aceitabilidade definido pela Contratante, serão reparadas por costureiras aos custos da Contratada, devendo serem reprocessadas antes do envio aos hospitais/unidades de saúde.

e. A contratada deve dispor, nas suas instalações, de serviço de costura capaz de corrigir os danos passíveis de recuperação, incluindo a reposição de aviamentos originais danificados.

f. A Contratada arcará com todo custo de reposição de enxoval nos casos de desgastes decorrentes do

processamento inadequado das peças e desgaste provocado pelo tempo de uso.

3.5.3 Tratamento de perfurocortantes e objetos estranhos no enxoval hospitalar

- a. A Contratada deverá adotar procedimentos específicos e rigorosos para a identificação, segregação e tratamento de peças de enxoval hospitalar que contenham ou estejam associadas a perfurocortantes, materiais perfurantes, cortantes ou quaisquer objetos estranhos, tais como agulhas, lâminas, bisturis, vidros, ampolas, clips metálicos ou similares, eventualmente descartados de forma inadequada nas roupas hospitalares.
- b. A identificação de perfurocortantes ou objetos estranhos deverá ocorrer preferencialmente na etapa inicial de recepção, triagem e separação do enxoval sujo, antes do processamento, de modo a prevenir acidentes de trabalho, danos aos equipamentos e riscos à saúde dos trabalhadores envolvidos.
- c. As peças de enxoval que contenham perfurocortantes ou objetos estranhos deverão ser imediatamente segregadas, interrompido o seu processamento, e encaminhadas para tratamento específico, conforme protocolos de biossegurança, saúde e segurança do trabalho e normas sanitárias aplicáveis.
- d. A Contratada será integralmente responsável pela adoção de medidas de proteção coletiva e individual, incluindo o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados, treinamento contínuo dos trabalhadores e implementação de rotinas seguras de manuseio, em conformidade com a NR-32 e demais normas correlatas.
- e. Os perfurocortantes e objetos estranhos identificados deverão ser descartados pela Contratada em recipientes apropriados e encaminhados para destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas aplicáveis aos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS.
- f. As peças de enxoval contaminadas por perfurocortantes ou objetos estranhos que apresentem danos estruturais, riscos à segurança ou impossibilidade de recuperação técnica serão consideradas impróprias para uso, devendo ser baixadas do patrimônio operacional e imediatamente substituídas pela Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.
- g. Quando tecnicamente possível e seguro, as peças que não apresentem comprometimento estrutural poderão ser reprocessadas, desde que submetidas previamente à inspeção, higienização, desinfecção e validação técnica, assegurando-se que não haja risco residual ao usuário ou aos profissionais de saúde.
- h. A Contratada deverá manter registros formais das ocorrências envolvendo perfurocortantes e objetos estranhos, com identificação da unidade de origem, tipo de material encontrado, medidas adotadas e destino final, devendo tais registros ser disponibilizados à fiscalização do contrato sempre que solicitados.
- i. A ocorrência reiterada de perfurocortantes ou objetos estranhos no enxoval hospitalar deverá ser comunicada formalmente à Contratante, para fins de adoção de medidas corretivas, educativas ou operacionais junto às Unidades de Saúde, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada quanto à continuidade e segurança da execução dos serviços.

3.5.4 Serviço de Entrega da Roupas Limpa – RL

- a. A Contratada deverá entregar os quantitativos de RL (Roupa Limpa) diretamente nas Rouparias ou locais determinados pelos Hospitais/Unidades, de segunda a domingo, inclusive nos feriados, no horário a combinar com o Setor de Hotelaria e/ou responsável pelo hospital.
- b. A CONTRATADA transportará os volumes de roupa limpa até o Hospital/Unidades em veículo de sua propriedade, devidamente higienizado antes de cada transporte e em perfeito estado de conservação e manutenção.

- c.** A RL deverá estar acondicionada em sacos plásticos transparentes, fornecidos pela Contratada, resistentes, devidamente lacrados e identificados por tipo de enxoval e quantidade a ser definida pela Contratante, acompanhada de nota de entrega, com informações sobre o destino e conteúdo dos volumes.
- d.** A roupa privativa (kits) deverá ser embalada individualmente em sacos plásticos transparentes, identificada de acordo com os diversos tipos e tamanhos, conforme determinação da Contratante.
- e.** O enxoval deverá ser entregue pela Contratada, com as dobras técnicas determinadas pela Contratante.
- f.** A Contratada pesará os volumes de RL e/ou conferirá seus conteúdos, conferindo as peças e quantitativos por volumes entregues, na presença de funcionários da Contratante, emitindo recibos (assinados pelas Partes) correspondentes aos volumes pesados e ao número e tipo de peças constantes em cada volume, com cópias para as partes para ser anexado em planilhas pela Contratante para posterior conferência OU enviar a pesagem em cada rol, através de nota de entrega, emitida em duas vias (a primeira da Contratada e a segunda da Contratante) e com a possibilidade de acompanhamento pela Contratante através de interfaceamento com qualquer software de gestão.
- g.** Toda roupa limpa recebida pela Contratante, que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória, será separada e devolvida à Contratada, para que seja realizado um novo processo de lavagem com desinfecção, ficando isenta de nova pesagem, não havendo ônus para a Contratante.
- h.** O prestador de serviço deverá verificar rigorosamente as condições de higiene dos carros de transporte, para evitar contaminações;
- i.** Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um empregado da Contratada e outro do Contratante.
- j.** O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade o qual deve estar entre 8% e 15%;
- k.** As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de relatório contendo uma relação geral, na qual conste o rol da roupa entregue – número total de cada peça e peso da roupa limpa, assim como a anotação de ocorrências, se houver;
- l.** O tempo entre a retirada e a devolução da roupa não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas.
- m.** Caberá à Contratada, manter, obrigatoriamente, a disponibilidade diária de roupa.

3.5.5. Do Sistema de rastreamento das peças/roupas hospitalares

3.5.5.1. Segundo Plano Diretor de Logística Sustentável : 2024/Cadernos de Logística/Governo Federal, que visa estabelecer novos paradigmas para a gestão interna e influenciar o mercado fornecedor, fomentando, dessa forma, negócios de impacto, inovação, no Eixo “Fomento à inovação no mercado”, lê-se:

A inovação pode ocorrer por meio da criação de bens e serviços inexistentes, como novos softwares e equipamentos médicos, por exemplo, ou ainda pela reinvenção de serviços, processos e modelos de negócios. Importa destacar que inovar não é realizar qualquer mudança, mas agregar valor, elevando-se o desempenho de determinado processo.

3.5.5.2. Diante disso, neste Estudo propõe que a empresa especializada na prestação do serviço ora exarado, garanta/disponibilize tecnologia de rastreamento, onde todas as peças do enxoval usadas por pacientes e profissionais de saúde, incluindo o enxoval cirúrgico, recebam um chip/ferramenta que permita o rastreabilidade. A referida tecnologia deverá possibilitar saber: quantas peças foram para cada unidade, para

qual setor foram enviadas, onde devem estar no momento, quantas são encaminhadas para a lavanderia após o uso, entre outras informações.

3.5.5.3. A tecnologia utilizada para controlar a circulação das peças nas unidades de saúde deverá ser a mesma utilizada na frequência de rádio para captura e controle de dados. Conforme pesquisa realizada no mercado, a tecnologia aqui abordada se define como:

A identificação por rádio frequência (RFID – Radio Frequency Identification) tem sido um assunto amplamente abordado, nas empresas, no meio acadêmico e na mídia. Uma das razões desse interesse é o possível valor estratégico dessa tecnologia (PEDROSO, ZWICKER e DE SOUZA, 2009). Nesse sentido, diversas empresas e instituições utilizam sistemas de controle de acesso para administrar e autorizar o fluxo de pessoas e/ou objetos. A tecnologia RFID é um método de identificação automática sem fio que utiliza ondas de rádio para obter remotamente dados armazenados em dispositivos denominados etiquetas ou tags (BARBIN, 2015).

3.5.5.4. Conforme pesquisado, um sistema RFID básico é composto por uma etiqueta (tag) que fornece dados a um dispositivo leitor a partir de uma antena;

3.5.5.5. O sistema de rastreamento por RFID (ou equivalente) a ser utilizado deverá atender a requisitos mínimos de desempenho que assegurem confiabilidade, rastreabilidade e controle operacional do enxoval hospitalar. Deverá possuir alcance de leitura compatível com os pontos de operação (portais, esteiras ou áreas de conferência), com distância mínima efetiva de 1,0 metro em leituras fixas, sem necessidade de contato visual direto com as etiquetas. A acurácia de leitura deverá ser igual ou superior a 99% por ciclo operacional, admitindo taxa máxima de erro (não leitura ou leitura indevida) de até 1%, com mecanismos automáticos de revalidação. O sistema deverá suportar leitura simultânea de múltiplos itens (anti-colisão), garantindo processamento em volume compatível com a rotina hospitalar, sem geração de filas ou atrasos logísticos;

3.5.5.6. As etiquetas deverão ser resistentes aos processos de lavagem industrial, desinfecção térmica e química, secagem e calandragem, mantendo integridade funcional durante toda a vida útil estimada do enxoval. O sistema deverá assegurar registro individualizado das movimentações, com gravação de data, hora, local e evento (coleta, processamento, expedição e entrega), permitindo auditoria, rastreabilidade histórica e emissão de relatórios gerenciais. A solução deverá ainda possuir disponibilidade operacional mínima de 98% ao mês e garantir segurança e inviolabilidade dos dados coletados.

3.5.5.7. A adoção dessa tecnologia permite controlar a vida útil de cada peça utilizada pelos pacientes e trabalhadores, agilizando o serviço oferecido pela lavanderia, além de otimizar a troca de peças quando necessário, pois permite o registro imediato das coletas de roupas sujas em todos os setores, informando o peso coletado, horário e funcionário que realizou a coleta, o peso de roupa limpa enviado a unidade de saúde, preservando a rotatividade das peças.

3.5.5.8. Por meio do sistema de rastreio, é possível saber se uma peça está no lugar para o qual foi enviado ou se houve algum problema, como a evasão (retirada do local sem controle).

Na seara de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e científico, têm-se ainda outros importantes instrumentos como a encomenda tecnológica, a compensação comercial, industrial e tecnológica em contratações públicas e o bônus tecnológico, previstos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 – a qual dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, regulamentada pelo Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. (CADERNOS DE LOGÍSTICA, SEGES/MGI, 2024)

3.5.5.9. Em síntese, após o processo de lavagem, as roupas limpas são dobradas e empacotadas em embalagens plásticas e seladas. Durante esse processo as roupas são separadas por unidade. Após a leitura do chip de todos os artigos, o sistema gerará um relatório detalhando dos itens a serem enviados para a unidade de saúde. O respectivo processo é utilizado tanto para roupas entregues na unidade(limpas) quanto para as roupas recolhidas na unidade (sujas).

3.5.5.10. A solução combina etiquetas de lavanderia RFID (ou equivalente) laváveis e duráveis, juntamente com leitor de computador portátil e leitor de gabinete para capturar dados de itens. Cada item do enxoval deve estar associado a um chip de tag exclusivo desse item. Os leitores digitalizam cada chip. O item circula por toda a unidade de saúde e os movimentos são armazenados e apresentados em tempo real facilitando a identificação dos mesmos e prevenindo possíveis perdas/evasão.

3.5.5.11. Com base nas diretrizes de inovação e rastreabilidade expostas, estabelece-se que a tecnologia a ser adotada para o controle, monitoramento e rastreabilidade do enxoval hospitalar **não se restringe exclusivamente ao sistema RFID**, podendo a empresa contratada **empregar tecnologia equivalente ou similar**, desde que tecnicamente comprovada, amplamente utilizada no mercado e capaz de assegurar, de forma eficaz e contínua, a identificação individualizada das peças, o acompanhamento de sua circulação entre as unidades e setores, o registro das etapas de coleta, processamento e distribuição, bem como o controle de vida útil, perdas e evasões. A solução tecnológica apresentada deverá garantir, no mínimo, níveis de controle, segurança da informação, confiabilidade dos dados e rastreabilidade compatíveis com aqueles proporcionados pela tecnologia RFID (ou equivalente), observadas as diretrizes da SEMUS, as boas práticas de gestão hospitalar e as normas sanitárias aplicáveis.

3.5.5.12. Nesse entendimento, a empresa especializada executará fielmente o serviço contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o bom desempenho, realizando o serviço em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da SEMUS, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços.

3.5.5.13. O sistema informatizado de rastreabilidade deverá disponibilizar relatórios operacionais e gerenciais padronizados, bem como permitir a extração de informações sob demanda pela Contratante, de modo a assegurar transparência, controle patrimonial e gestão do ciclo de vida do enxoval. Os relatórios deverão ser disponibilizados em formato eletrônico editável (planilha) e não editável (PDF), com possibilidade de exportação de dados brutos (CSV ou equivalente) para tratamento interno.

a) Periodicidade mínima obrigatória

- **Relatório Operacional de Remessa/Retorno:** emissão mensal, por unidade atendida, contendo os itens enviados e recebidos.
- **Relatório de Processamento:** emissão mensal consolidada, demonstrando o volume processado (kg e peças), ciclos realizados e indicadores de desempenho.
- **Relatório de Inventário do Enxoval:** emissão trimestral, conforme item 7.4.2.3 deste ETP, com posição atualizada do acervo, incluindo evasão, extravio, descarte técnico e reposições.
- **Relatório de Ocorrências:** emissão imediata sempre que houver inconsistências, perdas ou não conformidades.

b) Campos mínimos obrigatórios dos relatórios

- Identificação da unidade de saúde;
- Data e horário da movimentação;
- Tipo de evento (coleta, processamento, expedição, entrega, baixa, descarte);
- Identificação individual da peça (código RFID ou equivalente);
- Tipo de item (lençol, campo cirúrgico, avental etc.);
- Quantidade de lavagens/ciclos já realizados;
- Peso processado vinculado ao lote;

- Tempo de ciclo (coleta até devolução);
- Situação da peça (ativa, manutenção, extraviada, descartada);
- Registro de inconformidades, quando houver;
- Identificação do responsável pela operação.

c) Relatórios gerenciais sob demanda

O sistema deverá permitir à Contratante gerar consultas customizadas, sem intermediação da Contratada, tais como:

- peças com quantidade de lavagens superior a limite parametrizado;
- tempo médio de processamento por unidade;
- taxa de evasão ou extravio por período;
- histórico completo de rastreamento de item específico;
- indicadores de vida útil do enxoval;
- comparativo de volumes processados entre unidades;
- rastreabilidade por intervalo de datas, tipo de peça ou evento logístico.

3.6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

3.6.1. O Termo de Referência deverá prever que a Contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

3.6.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela **natureza sanitária, integrada e contínua** dos serviços de processamento de roupas hospitalares, os quais envolvem etapas indissociáveis de **coleta, transporte, processamento, higienização, desinfecção, acondicionamento, distribuição e reposição do enxoval**, todas inseridas em um **único ciclo operacional**.

3.6.3. A fragmentação da execução comprometeria:

- o **controle de infecção hospitalar**,
- a **rastreabilidade do enxoval**,
- a **responsabilização objetiva da Contratada**,
- e a **coerência do modelo de execução definido neste Estudo Técnico Preliminar**.

3.6.4. Dessa forma, a execução integral e direta pela Contratada constitui requisito essencial para garantir a segurança sanitária, a padronização dos procedimentos, a efetividade da fiscalização contratual e a adequada gestão do enxoval hospitalar nas Unidades de Saúde.

3.7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.7.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, produtos e processos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução, a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável, em conformidade com a diretriz governamental de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

3.7.2. Vale anotar que os objetivos das contratações públicas estão definidos no art. 11 da Lei Federal nº

14.133/2021. No item IV, lê-se o seguinte objetivo “*incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.*”

3.7.3. Diante disso a empresa especializada deverá:

- a. Implementar soluções que reduzam o consumo de água e energia;
- b. Fazer uso de tecnologias inovadoras e a favor do meio ambiente;
- c. Usar produtos químicos de acordo com as recomendações do fabricante e as normas locais e que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- d. Possua profissionais treinados e habilitados, segundo a legislação vigente, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- e. Capacitação prévia e permanente em segurança e saúde ocupacional, dos profissionais que irão laborar na execução dos serviços de lavanderia hospitalar, conforme legislação vigente;
- f. Os equipamentos, quando couber, e os produtos saneantes utilizados no processamento de roupas de serviços de saúde devem estar regularizados junto à ANVISA e/ou INMETRO;
- g. A licitante deverá ter em seu quadro profissional, responsável pela coordenação das atividades, conforme disposto na legislação vigente;
- h. Destinar, quando couber, para a coleta seletiva as embalagens dos produtos utilizado no processamento de roupas hospitalares. Nesse contexto destacamos a importância de adoção de uma logística reversa, nos termos do art. 3º da **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**:

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

3.7.4. Para fins de comprovação e fiscalização dos critérios de sustentabilidade, a futura contratada deverá apresentar e manter atualizados, durante toda a execução contratual, os seguintes documentos e evidências:

- a) Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), compatível com as atividades de processamento de roupas hospitalares, devidamente aprovado pelo órgão competente, quando exigível;
- b) Relatórios periódicos de destinação de resíduos e efluentes, contendo identificação do gerador, tipo de resíduo, volume, forma de tratamento e destinação final, acompanhados de comprovantes emitidos por empresas licenciadas;
- c) Comprovação de regularidade ambiental da unidade operacional, mediante apresentação de licença ambiental válida ou documento equivalente emitido pelo órgão competente;
- d) Evidências da adoção de práticas de uso racional de água e energia, podendo incluir relatórios operacionais, indicadores de consumo ou certificações aplicáveis;
- e) Comprovação da destinação ambientalmente adequada das embalagens de produtos químicos utilizados no processamento, mediante apresentação de contratos, termos de compromisso ou comprovantes de adesão a sistemas de logística reversa;
- f) Fichas técnicas e registros dos produtos saneantes utilizados, devidamente regularizados junto aos órgãos competentes, incluindo ANVISA e/ou INMETRO, quando aplicável.

3.7.5. Os documentos e relatórios previstos neste item deverão ser apresentados à fiscalização do contrato em periodicidade mínima trimestral, ou sempre que solicitado, constituindo condição para a regularidade da execução contratual e para fins de medição e pagamento.

3.8. DA AMOSTRA

3.8.1. A Contratada deverá apresentar, previamente ao início da execução contratual, **amostra física de cada tipo de peça do enxoval hospitalar** a ser fornecido, em conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Anexo I deste ETP. A exigência de apresentação de amostras constará expressamente da Ordem de Serviço inicial, que fixará prazo compatível com a data prevista para o início da execução, de modo a permitir a análise técnica prévia pela equipe da SEMUS.

3.8.2. As amostras entregues serão submetidas à avaliação técnica pela equipe designada pela SEMUS, que disporá do prazo de até **5 (cinco) dias consecutivos**, contados do recebimento, para proceder à análise quanto à **conformidade com o Anexo I**, considerando, entre outros aspectos, o modelo, as dimensões, a composição e gramatura dos tecidos, a qualidade das costuras e acabamentos, a resistência dos materiais, o tipo de estampas e bordados, bem como demais requisitos de desempenho e funcionalidade estabelecidos nos documentos de planejamento.

3.8.3. Ao término da avaliação, a equipe técnica da SEMUS emitirá manifestação formal quanto à aprovação ou rejeição de cada tipo de peça apresentada como amostra, devendo a decisão ser registrada em documento próprio e juntada ao processo de gestão contratual, servindo como referência para a fiscalização das futuras entregas.

3.8.4. Na hipótese de **não aceitação de qualquer amostra**, em razão de equívoco de especificação, inadequação de modelo, má qualidade do tecido, desconformidade de dimensões ou qualquer outro aspecto que contrarie as exigências contidas neste ETP, a SEMUS notificará a Contratada para que **apresente nova amostra do item reprovado**, em prazo a ser fixado na própria notificação, observada a necessidade de não comprometer o início ou a continuidade da execução contratual. A reapresentação de amostras e os ajustes necessários correrão exclusivamente por conta da contratada, **sem ônus adicional para a Administração**, e **sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis** em caso de descumprimento reiterado das especificações.

3.8.5. Além das amostras físicas do enxoval, a Contratada deverá realizar, em data e local definidos pela SEMUS, **demonstração prática do funcionamento do sistema de rastreamento individualizado das peças por tecnologia RFID (ou equivalente)**, utilizando-se de peças etiquetadas e do ambiente de software proposto, de modo a evidenciar a capacidade de identificação, leitura, registro, localização e rastreabilidade do enxoval ao longo das etapas de coleta, processamento, armazenamento, transporte e distribuição. A demonstração servirá de base para validação dos requisitos técnicos do sistema e para o ajuste dos procedimentos de fiscalização, podendo a SEMUS exigir eventuais adequações antes do início da operação regular.

3.9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.9.1. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses**, contados de sua assinatura prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.9.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública, permitindo assim a negociação com a empresa contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- c) seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação; e
- f) não haja registro de débitos em aberto perante o Município de São Luís, conforme certidões fiscais emitidas pela Fazenda Municipal.

3.9.3. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.9.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.9.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.10. PRAZO DE MOBILIZAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

3.10.1. A CONTRATADA deverá estar plenamente apta a iniciar a execução dos serviços de processamento de roupas hospitalares no prazo máximo de **30 (trinta) dias consecutivos**, contados da data da assinatura do Contrato Administrativo, período destinado à mobilização inicial da estrutura necessária à execução do objeto.

3.10.2. O prazo de mobilização inicial compreende, obrigatoriamente e de forma cumulativa:

I – a **disponibilização de unidade própria de processamento de roupas hospitalares na Grande Ilha de São Luís, compreendida como a região metropolitana formada pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – MA**, dotada de infraestrutura física adequada, equipamentos compatíveis, capacidade operacional instalada e recursos humanos qualificados, suficiente para atendimento integral do objeto contratado, **vedada a subcontratação do processamento**, admitindo-se, excepcionalmente, unidade localizada fora dessa área, desde que a licitante comprove capacidade logística suficiente para cumprimento integral dos prazos, níveis de serviço e condições operacionais exigidas pela Administração. (A exigência de disponibilização de estrutura operacional na Grande Ilha de São Luís, compreendida pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, decorre da necessidade de garantir a adequada prestação de serviço essencial, contínuo e diretamente relacionado à assistência à saúde, cujo funcionamento não admite descontinuidade ou atrasos. O processamento de roupas hospitalares envolve riscos sanitários relevantes, especialmente quanto à contaminação cruzada e à necessidade de manutenção de fluxo contínuo de enxoval limpo nas unidades de saúde, sendo imprescindível o cumprimento rigoroso de prazos de coleta, processamento e redistribuição. A proximidade geográfica da unidade operacional permite maior controle logístico, redução de tempo de ciclo, resposta célere a demandas emergenciais e mitigação de riscos operacionais e sanitários. Ademais, a exigência não se apresenta de forma absoluta, uma vez que se admite, excepcionalmente, a utilização de estrutura localizada fora da região metropolitana, desde que a licitante comprove, de forma objetiva, capacidade logística suficiente para cumprimento integral dos níveis de serviço, prazos contratuais e condições operacionais estabelecidas, preservando-se, assim, a competitividade do certame e a isonomia entre os licitantes).

II – a **disponibilização integral do enxoval hospitalar em regime de comodato**, em quantidade suficiente para atendimento da demanda das Unidades de Saúde do Município de São Luís – MA, observada a grade de peças, a relação das unidades e os quantitativos previstos nos anexos deste ETP, **vedada a subcontratação do fornecimento do enxoval**.

3.10.3. O prazo de mobilização inicial poderá ser **prorrogado uma única vez, por igual período**, mediante solicitação escrita e devidamente justificada da CONTRATADA, desde que aceite expressamente pela CONTRATANTE, observado o interesse público e a avaliação técnica da justificativa apresentada.

3.10.4. A CONTRATADA deverá **comunicar formalmente ao Fiscal do Contrato**, com **antecedência mínima de 5 (cinco) dias** em relação ao término do prazo de mobilização inicialmente pactuado, **quaisquer causas supervenientes** que possam comprometer o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando **justificativa técnica devidamente comprovada**.

3.10.5. O não cumprimento do prazo de mobilização inicial, em qualquer de seus componentes, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas no Contrato Administrativo e na legislação aplicável, sem prejuízo da eventual rescisão contratual.

3.10.6. A CONTRATADA deverá comunicar ao Fiscal do Contrato, também com **antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data prevista para a conclusão da mobilização**, para fins de **organização administrativa, verificação documental e eventual vistoria técnica**, quando cabível.

3.10.7. As obrigações previstas neste item guardam correspondência direta com as declarações exigidas como condição de habilitação, notadamente:

a) **Declaração de Disponibilização de Lavanderia Hospitalar Própria ou estrutura compatível;**

b) **Declaração de Disponibilização de Enxoval Hospitalar em Regime de Comodato.**

3.11. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

3.11.1. O objeto constante do presente Estudo Técnico Preliminar enquadra-se no conceito de **bens comuns** tendo em vista apresentar:

a. **Natureza dos Serviços:** Esses serviços são essenciais para a manutenção da infraestrutura pública, sendo fundamental para a saúde da população. A continuidade desses serviços é vital para o bem-estar da comunidade.

b. **Princípio da Continuidade:** O serviço se enquadra como natureza de execução continuada, visto que é auxiliar e necessário à Administração Pública, assegurando que o serviço esteja sempre disponível, sem comprometer as atividades finalísticas.

c. **Interesse Público:** A prestação desses serviços atende ao interesse público, pois se relaciona diretamente à qualidade de vida dos cidadãos e à proteção da saúde pública e que servem a um interesse coletivo.

d. **Comodato:** A operação inclui o regime de comodato, onde equipamentos ou sistemas são fornecidos sem custo, isso reforça o caráter de bem comum, vez que visa facilitar o acesso e a utilização de recursos essenciais para a coletividade.

e. **Regulação e Gestão Pública:** Os serviços de processamento de roupas hospitalares são fortemente regulados por normas sanitárias, ambientais e técnicas expedidas por órgãos competentes, o que contribui para a padronização dos procedimentos operacionais e dos requisitos de qualidade exigidos no mercado. Essa regulação, aliada à ampla oferta de empresas especializadas aptas à execução do objeto, reforça a natureza do serviço como comum, na medida em que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pela Administração, nos termos da legislação aplicável.

3.11.2. Portanto, ao considerar o processamento de roupa hospitalar como bens comuns, a Lei 14.133/2022 reafirma a importância desses serviços para a sociedade, enfatizando a responsabilidade da administração pública em garantir sua continuidade e qualidade.

3.11.3. Diante disso, em observação a natureza do objeto, sua característica, periodicidade, necessidade dos serviços e sua frequência de entrega e qualidade, justifica-se a contratação em caráter contínuo, pois são indispensáveis ao pleno funcionamento e execução das atividades hospitalares, trazendo benefícios diretos e indiretos que resultarão na continuidade das atribuições inerente ao bom funcionamento do serviço público, com prestação por preço unitário (sob demanda), sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

3.11.4. A execução dos serviços será realizada de forma indireta, pois enquadram-se nos pressupostos do Art. 9º da IN. Nº05/2017, caracterizam-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal da Administração Pública.

3.12. DO REGIME DE COMODATO

3.12.1. A empresa contratada deverá disponibilizar, **em regime de comodato**, todo o enxoval hospitalar necessário à plena execução dos serviços contratados, compreendendo, no mínimo, peças destinadas ao uso de pacientes, profissionais de saúde e às atividades assistenciais e cirúrgicas, em quantitativo suficiente para

atender à demanda das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

3.12.2. O fornecimento do enxoval em comodato abrangerá a manutenção da quantidade mínima necessária à operação, bem como a **reposição das peças desgastadas ou que atinjam o fim de sua vida útil**, observados os critérios técnicos e operacionais estabelecidos, **respeitado o percentual de extravio admitido**, permanecendo a propriedade dos bens com a contratada durante toda a vigência contratual.

3.12.3. Para a efetiva execução dos serviços de recebimento de roupas hospitalares, a Contratada deverá disponibilizar (em quantidades e características), em cada hospital/unidade de saúde, os produtos elencados abaixo, consoante disposto neste Estudo Técnico Preliminar:

I. Balança Digital, com laudo de aferição válido por 6 (seis) meses emitido por empresa especializada do ramo, sem ônus para o Contratante;

II. Carro contentor com tampa lavável;

III. Sacos hampers de tecido ou plástico de uso único (que tenham qualidade suficiente para resistir ao peso da roupa, cor diferente dos sacos de resíduos dos serviços de saúde e compatíveis com a capacidade dos hampers fornecidos), conforme definição do Contratante.

IV. Caso o saco hamper a ser utilizado seja o de tecido, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e transporte da RS (Roupa Suja), de forma a evitar vazamentos e contaminação do ambiente;

V. O saco hamper de tecido deverá ser submetido ao mesmo processo de lavagem da roupa, sendo que o seu peso deve ser descontado do total de roupas para efeitos de pagamento;

VI. Carros prateleiras com portas.

3.12.4. Havendo variação significativa e justificada da demanda assistencial (ex.: alteração de leitos, taxa de ocupação, ampliação de serviços), poderá ser realizado ajuste técnico do dimensionamento do enxoval em comodato, mediante registro formal, memória de cálculo e validação pela Administração, preservado o equilíbrio econômico-financeiro quando aplicável.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A estimativa da quantidade está com base na grade apresentada pelo Setor demandante, conforme memória de quantitativo descrita Anexo I – ESPECIFICAÇÕES/GRADE DO ENXOVAL, em conformidade com a demanda levantada pela Área Técnica/**Coordenação dos Serviços da Rede de Atenção às Urgências e Emergências** da SARS/SEMUS, a qual foi consolidada com base nos perfis assistenciais das Unidades, na capacidade instalada e na frequência de trocas necessária.

CATSER: 19542	Descrição: Contratação de serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, compreendendo entre outros, o fornecimento de enxoval em regime de comodato, coleta, lavagem, desinfecção, secagem e distribuição, reposição, transporte, incluindo o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e sistema de rastreamento individualizado das peças por meio de tecnologia RFID (ou equivalente), para atender as necessidades das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS.			
ORD.	UNIDADE	kg/DIA	kg/ MENSAL	kg/ANUAL
01	HOSPITAL DA CIDADE DR. JACKSON LAGO	2.688,20	80.646	967.752
02	HOSPITAL DA CRIANÇA DR. ODORICO AMARAL DE MATOS	1.474,90	44.247	530.964
03	HOSPITAL DA MULHER	1.048,40	31.452	377.424

04	HOSPITAL ZONA RURAL	382,95	11.488,50	137.862,00
05	HOSPITAL DO ITAQUI BACANGA	403,80	12.114	145.368,00
06	HOSPITAL DO COROADINHO	292,95	8.788,50	105.462,00
07	UNIDADE MISTA DO BEQUIMÃO	331,15	9.934,50	119.214,00
08	UNIDADE MISTA DO SÃO BERNARDO	373,75	11.212,50	134.550
09	PRONTO SOCORRO SÃO FRANCISCO	81,05	2.431,50	29.178
10	PRONTO SOCORRO DO ANIL	70,10	2.103	25.236
11	CENTRO DE PARTO HUMANIZADO NAZIRA ASSUB	1,60	48	576
12	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSIAL/CAPS III	9,60	288	3.456
TOTAL/ANUAL				2.577.042,00 Kg

4.2. A estimativa da quantidade necessária para a presente contratação foi definida com base em critérios técnicos e operacionais relacionados à dinâmica de funcionamento da Rede Municipal de Saúde, considerando não apenas o consumo histórico de roupas hospitalares, mas também a expansão da rede assistencial, a variação da taxa de ocupação dos leitos, o volume de atendimentos realizados nas unidades de saúde e a necessidade de manutenção de estoque mínimo de segurança, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços assistenciais.

4.3. Cumpre destacar que a rede municipal de saúde passou por crescimento e ampliação de sua capacidade operacional, com impacto direto sobre a demanda por enxoval hospitalar, especialmente nas unidades com atendimento de urgência e emergência, internação, maternidade, centro cirúrgico, observação clínica e demais setores assistenciais que demandam maior rotatividade de roupas hospitalares.

4.4. Ademais, a taxa de ocupação hospitalar, o fluxo de pacientes e a produção assistencial não se mantêm estáticos ao longo do tempo, podendo sofrer oscilações em razão de fatores sazonais, aumento de internações, ampliação de serviços, intercorrências epidemiológicas ou outras situações que repercutam diretamente sobre o consumo de enxoval hospitalar nas unidades vinculadas à SEMUS.

4.5. Nesse cenário, a definição dos quantitativos não pode se restringir à média histórica estrita de consumo, sob pena de resultar em subdimensionamento contratual e comprometer a continuidade do serviço. Por essa razão, foi considerada margem técnica de segurança, destinada a absorver variações operacionais da demanda, reposições emergenciais, perdas inerentes ao uso, ciclos de lavagem, indisponibilidade temporária de peças e demais intercorrências próprias da execução do objeto.

4.6. A adoção dessa metodologia visa garantir que a contratação contemple quantitativo suficiente, compatível e proporcional à realidade operacional da rede municipal de saúde, assegurando a disponibilidade contínua do enxoval hospitalar, a segurança sanitária e a regularidade do atendimento prestado à população usuária do SUS.

4.7. A margem de segurança adotada na estimativa das quantidades tem por finalidade absorver variações operacionais inerentes à dinâmica da rede assistencial, especialmente aquelas decorrentes de flutuações na taxa de ocupação hospitalar, sazonalidade de demandas (como períodos epidemiológicos), ampliação progressiva da rede de atendimento e eventuais intercorrências que impactem o consumo de enxoval. O

percentual fixado foi definido com base na análise histórica de consumo das unidades de saúde, considerando oscilações verificadas em períodos anteriores, bem como projeções de crescimento da rede e aumento da capacidade instalada. Trata-se, portanto, de medida técnica de mitigação de risco, destinada a evitar desabastecimento de enxoval hospitalar, insumo essencial à continuidade da assistência, sem representar superdimensionamento indevido da contratação, uma vez que o modelo adotado (Sistema de Registro de Preços) permite a contratação sob demanda, conforme a necessidade efetiva da Administração.

4.8. Dessa forma, a estimativa de quilogramas de roupa processada (SUJA), para atendimento da demanda das Unidades da rede assistencial de média e alta complexidade da SEMUS é de 2.577.042,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e sete mil, quarenta e dois reais) quilogramas/ano – kg/ano.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, § 1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

5.1. Nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o levantamento de mercado tem por finalidade identificar as soluções disponíveis aptas a atender à necessidade administrativa, possibilitando análise comparativa entre alternativas técnica, operacional e economicamente viáveis.

5.2. No caso em exame, a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS consiste em assegurar, de forma contínua, segura e sanitariamente adequada, o fornecimento, processamento, rastreabilidade e gestão do enxoval hospitalar utilizado nas unidades da Rede Municipal de Saúde, abrangendo a coleta da roupa suja, transporte, lavagem, desinfecção, secagem, acabamento, reparo, separação, distribuição, reposição e controle operacional das peças.

5.3. Para fins de definição da solução mais adequada, foram identificadas no mercado e em contratações públicas similares as seguintes alternativas:

SOLUÇÃO 1: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de processamento de roupas com comodato de enxoval, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, sem dedicação exclusiva de mão de obra;

- Essa alternativa contempla o processamento externo do enxoval e seu fornecimento em comodato, porém, em regra, não abrange de forma suficientemente integrada os mecanismos de **controle operacional, rastreabilidade individualizada, monitoramento de ciclo de vida das peças, controle de evasão/extravio e inteligência gerencial da operação**. Embora juridicamente viável, trata-se de solução **parcial**, que pode comprometer a eficiência da gestão do enxoval em uma rede assistencial extensa e heterogênea como a da SEMUS, sobretudo diante da necessidade de monitoramento permanente da circulação das peças entre múltiplas unidades.

SOLUÇÃO 2: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar, envolvendo o processamento de roupas nas dependências da CONTRATADA, a locação de enxoval na modalidade “pool” e a gestão de enxoval hospitalar nas dependências da CONTRATANTE, com mão-de-obra em dedicação exclusiva;

- Essa alternativa apresenta maior grau de estruturação e atende parcialmente à necessidade da Administração. Todavia, o modelo com **dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências da contratante** tende a ampliar a complexidade da fiscalização contratual, elevar custos administrativos e criar dependência operacional mais intensa da estrutura física interna das unidades de saúde, o que nem sempre se mostra proporcional ou necessário à realidade da SEMUS. Além disso, esse modelo pode gerar sobreposição de rotinas e dificuldades de padronização operacional entre unidades com perfis assistenciais distintos.

SOLUÇÃO 3: Aquisição de uniformes e rouparia hospitalar;

Essa alternativa mostra-se **insuficiente e inadequada** para o caso concreto, pois resolve apenas o abastecimento físico inicial do enxoval, sem contemplar a atividade principal que justifica a contratação: o **processamento contínuo e tecnicamente adequado das roupas hospitalares**, em conformidade com normas sanitárias, ambientais e de biossegurança. Além disso, a aquisição isolada de peças transferiria à

Administração a necessidade de estruturar, por conta própria, toda a logística de coleta, higienização, desinfecção, reparo, controle de perdas, rastreabilidade, armazenamento e redistribuição, o que demandaria recursos humanos, equipamentos, tecnologia, licenças e infraestrutura atualmente inexistentes na SEMUS.

SOLUÇÃO 4: Aquisição direta de equipamentos, com posterior contratação isolada da prestação dos serviços;

- Essa alternativa, embora teoricamente possível, mostra-se **desvantajosa sob os aspectos técnico, econômico e gerencial**, pois exigiria elevado investimento inicial em obras, instalações prediais, barreiras sanitárias, maquinário industrial, tratamento de efluentes, sistemas de controle, licenciamento sanitário e ambiental, além da necessidade de contratação e capacitação contínua de equipe técnica especializada. Trata-se, portanto, de solução de alta complexidade de implantação e manutenção, com **maior risco de ineficiência operacional, obsolescência tecnológica, descontinuidade do serviço e aumento do custo global da operação**, não se revelando compatível com a estratégia administrativa mais racional para atendimento da demanda atual da SEMUS.

SOLUÇÃO 5: Prestação serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, compreendendo, no mínimo, o fornecimento de enxoval em regime de comodato, coleta, lavagem, desinfecção, secagem e distribuição, reposição, transporte, incluindo o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e sistema de rastreamento individualizado das peças por meio de tecnologia RFID (ou equivalente).

- Essa alternativa contempla de forma integrada todos os elementos essenciais ao atendimento da necessidade administrativa, reunindo em um único arranjo contratual: **fornecimento do enxoval, processamento técnico-sanitário, logística operacional, reposição, rastreabilidade, controle de circulação, relatórios gerenciais e suporte à fiscalização contratual**. A solução apresenta maior aderência à realidade operacional da rede municipal de saúde, pois permite controle mais eficiente do ciclo do enxoval, redução de perdas, melhoria da previsibilidade logística, racionalização da fiscalização e mitigação de riscos sanitários e assistenciais.

6. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa de preços visa a escolha da melhor solução para a contratação e a análise de sua viabilidade, portanto a pesquisa preliminar de preços foi confeccionada conforme prevê a Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que lista os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.2. O art. 5º, da IN 65, de 07 de julho de 2021, autoriza que a pesquisa de preços seja feita com a utilização combinada de alguns parâmetros.

6.3. Cabe informar que, em virtude do objeto previsto neste ETP divergir em vários aspectos do objeto contratado no contrato atual - Nº244/2024, os valores praticados no mesmo, não foram considerados para estimativa de valor nesta contratação.

6.4. Diante disso, para se encontrar o preço estimado utilizou-se pesquisa no Banco de Preços (BP) (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), **cotação acostada como anexo ao ETP**, conforme descrito abaixo:

ORD.	DESCRIÇÃO	KG/ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	-----------	----------	----------------------	-------------------

01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços lavanderia hospitalar, com fornecimento de enxoval em comodato e processamento de roupas hospitalares, compreendendo entre outros, a coleta, transporte, lavagem, desinfecção, secagem, reposição e distribuição de roupas hospitalares, com disponibilização de sistema de rastreamento individualizado das peças por meio de tecnologia RFID (ou equivalente), incluindo fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos, para atender as necessidades das Unidades elencadas vinculadas a SEMUS.	2.577.042	9,11	R\$ 23.476.852,62
----	--	-----------	------	-------------------

6.5. Esta pesquisa é preliminar, com vistas a se obter informação prévia da despesa e poderá ser refinada após a elaboração do Termo de Referência, sendo, portanto, aprimorada para efeito de estimativa dos valores de referência para a licitação, cujos documentos de suporte constam anexos a este Estudo.

6.6. **Ações Orçamentárias:** Por se tratar de uma contratação onde serão contemplados os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde de média e alta complexidade, pontuamos que o recurso a ser utilizado é o Teto MAC.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A análise comparativa evidencia que as **Soluções 3 e 4** não se mostram adequadas ao caso concreto, pois transferem à Administração encargos estruturais, operacionais, tecnológicos e sanitários que extrapolam sua capacidade instalada atual, exigindo investimentos elevados e criando riscos relevantes à continuidade do serviço.

7.2. As **Soluções 1 e 2**, embora mais próximas da necessidade institucional, apresentam limitações quanto ao nível de integração operacional, padronização da gestão, racionalidade logística e eficiência no controle do enxoval, especialmente diante da complexidade da rede assistencial da SEMUS.

7.3. A **Solução 5** revela-se a mais vantajosa, por reunir em uma única contratação todos os componentes necessários à adequada execução do objeto, reduzindo interfaces contratuais, simplificando a fiscalização, assegurando melhor controle de perdas e proporcionando maior previsibilidade operacional, sem exigir da Administração a internalização de estrutura física, tecnológica ou sanitária própria.

7.4. Desse modo, a contratação de empresa especializada em serviço de lavanderia é prática comum no âmbito da Administração Pública, o certame se caracteriza pela contratação no âmbito da sociedade civil, existindo diversas empresas capazes de suprir a demanda elencada, não encontrou-se metodologias novas que melhor atendam a necessidade da administração pública;

7.5. Considerando os preceitos legais aplicáveis, verifica-se que o formato mais adequado para a Administração Pública, em geral, é a contratação de empresa especializada no processamento de enxoval hospitalar, visando atender às suas necessidades conforme a Solução 5. Tal contratação deve ocorrer por meio de Sistema de Registro de Preços, utilizando-se o Pregão Eletrônico, em razão das características do objeto, sobretudo diante da inexistência de mão de obra, equipamentos e infraestrutura necessários para suprir a demanda internamente das Unidades objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

7.6. As demais soluções, embora juridicamente possíveis, mostram-se incompatíveis com a dinâmica do objeto, por exigir elevado dispêndio inicial de recursos públicos, assumir riscos de obsolescência tecnológica, custos contínuos de manutenção, necessidade de capacitação técnica da equipe interna e maior complexidade na gestão contratual, além de não assegurar, por si só, a adequada integração entre equipamentos, sistemas de rastreabilidade e execução operacional do serviço.

7.7. Face ao exposto, sugere-se essa solução para a questão estabelecida, em virtude das seguintes vantagens:

a) Evitar efetivamente prejuízos advindos da descontinuidade, ao ser considerado que a resposta desta contratação será essencial para as atividades desenvolvidas;

b) Esforços do efetivo da SEMUS em suas atividades finalísticas.

7.8. Quando a Administração Pública pretende contratar a prestação de um serviço, deve definir com precisão e clareza o seu objeto, especificando todas as condições necessárias para a perfeita satisfação da demanda.

7.9. Diante disso, propomos a solução 5 na modalidade Pregão Eletrônico, mediante Sistema de Registro de Preços, pela flexibilidade de sua metodologia prática e jurídica para viabilização da contratação de empresa especializada na prestação de serviços lavanderia hospitalar, com fornecimento de enxoval em comodato e processamento de roupas hospitalares, compreendendo entre outros, a coleta, transporte, lavagem, desinfecção, secagem, reposição e distribuição, com disponibilização de sistema de rastreamento individualizado das peças por meio de tecnologia RFID (ou equivalente), incluindo fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos, visando atender as necessidades das Unidades elencadas neste Estudo Técnico Preliminar vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS.

7.3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.3.1. Recomenda-se que a futura contratação seja processada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, na modalidade **Pregão Eletrônico**, observado o regime jurídico estabelecido pela **Lei nº 14.133/2021** e pelo **Decreto Municipal nº 62.276/2026**, por se tratar de solução compatível com a natureza do objeto e com as necessidades operacionais da Rede Municipal de Saúde. Assim, a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** mostra-se a solução mais adequada sob o ponto de vista administrativo e operacional, uma vez que a demanda por enxoval hospitalar e por seu respectivo processamento possui **natureza contínua, essencial e de consumo variável**, diretamente influenciada pelo fluxo assistencial, taxa de ocupação, rotatividade de pacientes, perfil das unidades de saúde e intercorrências epidemiológicas ou sazonais. Trata-se, portanto, de necessidade que não se exaure em entrega única ou quantitativo rigidamente previsível, exigindo **fornecimento e execução parcelados ao longo da vigência contratual**, conforme a efetiva necessidade da Administração. Nesse contexto, o SRP assegura maior flexibilidade gerencial, racionalização das contratações, melhor adequação entre consumo real e contratação efetiva, além de contribuir para a continuidade do abastecimento e para a eficiência da gestão contratual.

7.3.2. O objeto da contratação consiste na prestação de **serviços continuados de processamento de roupas hospitalares**, com padrões técnicos uniformes, execução recorrente e possibilidade de ajustes quantitativos ao longo da vigência contratual, circunstâncias que recomendam a adoção de instrumento que permita maior flexibilidade administrativa, sem prejuízo da governança, da padronização dos procedimentos e da adequada fiscalização contratual.

7.3.3. À luz do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços configura-se como procedimento auxiliar especialmente adequado para contratações em que se deseja compatibilizar planejamento prévio, flexibilidade na execução e racionalização de processos, apresentando, entre outras, as seguintes vantagens gerais para a Administração:

a) possibilidade de efetivar as contratações somente quando houver necessidade, a partir de planejamento estruturado para o período de vigência da ata;

b) redução do número de licitações, com agilização das contratações subsequentes, uma vez que a disputa já se encontra realizada, as condições de execução previamente ajustadas e os preços, fornecedores e demais condições definidos, permitindo, ainda, ganhos de escala em razão do quantitativo global registrado;

c) maior transparência e controle dos procedimentos, na medida em que a formação, a gestão e a utilização da ata são monitoradas por todos os agentes e setores envolvidos, em ambiente sujeito aos mecanismos de controle interno e externo.

7.3.4. Nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº 62.276/2026, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado preferencialmente nas seguintes hipóteses (transcrição):

“Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Luís, o Sistema de Registro de Preços (SRP), para aquisição e locação de bens, prestação de serviços, inclusive de tecnologia da informação e de engenharia, e realização de obras com características padronizadas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º O SRP será preferencialmente utilizado nas seguintes hipóteses:

I - contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço;

II - entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa;

III - atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;

IV - impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.”

7.3.5. No caso concreto, embora exista **levantamento técnico da quantidade em Kg para cada Unidade de Saúde e estimativas iniciais de demanda**, a Secretaria Municipal de Saúde enfrenta **variáveis institucionais supervenientes** que impactam diretamente o dimensionamento dos **serviços continuados de processamento de roupas hospitalares**, tais como inauguração de novas unidades, ampliação de alas assistenciais, alteração do perfil de atendimento, intervenções de reforma, readequações físicas e recomposição de fluxos internos. Tais fatores repercutem diretamente na necessidade ampliar a execução dos serviços terceirizados, tornando recomendável a adoção de modelo que permita ajustes graduais e controlados ao longo do exercício.

7.3.6. Nesse contexto, o SRP opera como **mecanismo de prontidão administrativa**, possibilitando a formalização de contratações na medida em que os marcos de expansão e adequação da rede assistencial se confirmem, sem a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório a cada alteração relevante, preservando a continuidade do serviço e a eficiência da atuação administrativa.

7.3.7. Adicionalmente, o Sistema de Registro de Preços favorece a **padronização das especificações técnicas, dos critérios de medição, dos indicadores de desempenho e dos instrumentos de fiscalização**, aspectos essenciais para a adequada prestação de **serviços continuados de processamento de roupas hospitalares** em ambiente assistencial, no qual a regularidade e a qualidade do serviço constituem pressupostos para o pleno funcionamento das atividades de saúde pública.

7.3.8. Sob a perspectiva orçamentária e de gestão, o SRP também se revela conveniente, na medida em que permite a formalização de contratações e empenhos conforme a necessidade efetiva e a disponibilidade de recursos, assegurando previsibilidade à execução contratual e racionalidade na alocação dos créditos, desde que observadas as diretrizes estabelecidas na fase de planejamento e na gestão da Ata.

7.3.9. Diante desse conjunto de elementos, **a adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se juridicamente adequada e tecnicamente recomendável**, alinhada às hipóteses previstas no art. 1º do Decreto Municipal nº 62.276/2026, assegurando eficiência administrativa, continuidade dos serviços e adequada resposta às demandas operacionais da Rede Municipal de Saúde, nos termos dos Acórdãos TCU 2383/2014 e 214/2020-Plenário.

7.4. PARÂMETROS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS

7.4.1. Quanto à prestação do serviço definiu-se os seguintes parâmetros

a. Os comandos legais pertinentes à lavanderia estão contidos no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009 da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que atualiza o Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde – 1986;

b. A empresa especializada terá até 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato, para assumir a execução do serviço, período em que deverá realizar todas as adequações necessárias para a plena execução e para providenciar todo enxoval hospitalar necessário ao abastecimento de roupas hospitalares, na Unidade Hospitalar da SEMUS, em conformidade com a especificação da grade, contendo a relação das Unidades e quantitativos necessários para atender a demanda contida no anexo I e II.

c. Antes do início da prestação dos serviços, a empresa especializada, em data e local a acordar com a Equipe de Fiscalização da SEMUS, deverá realizar reunião inicial para apresentação do planejamento de operação e demais informações relevantes para a execução dos serviços;

- d. A empresa especializada deverá apresentar POP – Procedimento Operacional Padrão, do processo de lavagem, descrevendo a operação – dosagem dos produtos, tempo de lavagem e temperatura da água e dos procedimentos a serem realizados para: sujeira pesada – sangue, fezes, vômitos e outras sujidades protéicas; sujeira leve – sem presença de fluidos corpóreos, sangue e/ou produtos químicos;
- e. Os serviços especializado de Lavanderia serão realizados por Ordem de Serviço, mediante ajuste inicial entre a ambas as partes – empresa e SEMUS, os quais subsidiarão o faturamento mensal, **que será por quilo (kg) de roupa efetivamente processada (suja)**, e quando houver necessidade, reparada (pequenos reparos); Entende-se por pequenos reparos os que se destinam a recuperar as peças que ainda seja possível a utilização, mas estejam com algum dano (pequenos furos, rasgos e descosturas, etc);
- f. As coletas de roupa suja e entrega de roupa limpa deverão ser realizadas em horários que atendam à demanda da unidade de saúde e que estejam de acordo com as especificações técnicas definidas em Lei;
- g. A cada coleta de roupas sujas, peças devidamente processadas/limpas deverão ser deixadas na unidade em igual quantidade e especificação/tipo, de forma a manter o quantitativo necessário de peças diárias; Caso a ocorra entrega inferior à demanda programada, a licitante terá o prazo de até 06h (seis) horas para regularização;
- h. O serviço inclui a coleta da roupa na rouparia, recebimento e lavagem da roupa suja, secagem e calandragem da roupa limpa, separação e transporte da roupa limpa à Rouparia, área responsável pela centralização das roupas.
- i. A quantidade de serviços poderá variar de acordo com a demanda da unidade de saúde ficando estabelecida, neste documento, somente uma estimativa para processamento de roupas hospitalares;
- j. As roupas retiradas, diariamente, deverão ser devidamente acondicionadas, conforme normas de biossegurança preconizadas pela CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, sendo necessário o monitoramento regular do enxoval disponibilizado, pela CCIH da unidade, onde couber;
- k. A empresa especializada deverá apresentar, sempre que solicitado, laudo com os resultados dos testes bacteriológicos do meio ambiente e da água de abastecimento da lavanderia e testes de pH de produtos e da água, conforme estabelecido Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2009;
- l. Todas as peças do enxoval deverão conter tecnologia de rastreio, portanto, toda estrutura necessária para a operacionalização dessa funcionalidade deverá ser disponibilizada pela empresa especializada, nas unidades de saúde, inclusive treinamento de servidores para sua operacionalização;
- m. As peças extraviadas (em posse da empresa especializada) ou danificadas durante o processamento deverão ser repostas sem ônus para a SEMUS;
- n. Possuir capacidade técnica operativa e profissional (equipe técnica) para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados;
- o. Garantir mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária;
- p. Relatório de ocorrência antes, durante e após o processo de lavagem de roupas;
- q. Relatório de ocorrências na distribuição de roupa limpa e coleta de roupa suja;
- r. Executar todos os serviços, compreendendo: coleta, lavagem, desinfecção, higienização e entrega da roupa devidamente embalada em saco plástico transparente;

- s. As peças de roupa destinadas aos pacotes cirúrgicos não poderão receber emendas ou consertos de qualquer natureza, devendo ser substituída em caso de dano;
- t. A empresa deverá efetuar tratamento adequado para remoção dos diversos tipos de manchas. Quando se tratar de manchas indelévels, a roupa será considerada imprópria para o uso;
- u. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's. A Contratada se obriga a observar o uso de uniforme e equipamento de proteção individual e coletivo em todos os seus trabalhadores, conforme normas legais. Os trabalhadores que atuam na área limpa deverão utilizar obrigatoriamente touca para evitar queda de cabelos nas roupas limpas e não usar qualquer tipo de adereços (anel, colares, relógios ou pulseiras);
- v. A Contratada deverá assumir o ônus decorrente de ações judiciais, por danos causados a terceiros, direta ou indiretamente em razão da execução dos serviços contratados;
- w. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à Contratante, para que não haja interrupção dos serviços prestados;
- x. Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços de lavanderia, distribuído de forma a cobrir a carga horária preconizada, de segunda-feira a domingo, de modo que venha a suprir as necessidades dos compromissos firmados com a CONTRATANTE, garantindo a continuidade dos serviços, com elementos e encarregados capazes de tomarem decisões neste período;
- y. A CONTRATADA deverá apresentar relação de equipamentos de proteção individual (EPI) que serão distribuídos aos funcionários. Esta relação deverá conter a função e os equipamentos específicos destinados a cada um;
- z. A Contratada não poderá reutilizar as embalagens de produtos químicos

7.4.2. Quanto ao Inventário do enxoval hospitalar definiu-se:

7.4.2.1. Ao final de cada trimestre de execução contratual deverá ser realizado inventário do enxoval **disponibilizado em regime de comodato**, mediante **contagem física das peças**, com a finalidade de **apurar índices de evasão, extravio e inutilização decorrente de mau uso**, cujos resultados deverão ser **analisados tecnicamente para subsidiar a adoção de medidas administrativas e operacionais cabíveis**.

7.4.2.2. **O inventário será realizado de forma individualizada em cada unidade de saúde, em trabalho conjunto entre empregado formalmente designado pela Contratada, representante da respectiva Unidade de Saúde e Fiscal do Contrato**, responsável pelo acompanhamento e validação dos registros, assegurando a fidedignidade das informações e a rastreabilidade do controle do enxoval.

7.4.2.3. A CONTRATADA deverá apresentar **Relatório resultante do inventário do enxoval de roupas hospitalares**, devidamente **assinado pelos funcionários responsáveis por sua realização**, o qual deverá ser encaminhado formalmente ao Gestor do Contrato designado, contendo informações consolidadas acerca de evasão intra-hospitalar, extravio ou perdas por mau uso, quando identificadas, com a finalidade de subsidiar a avaliação da suficiência do quantitativo circulante, bem como eventual necessidade de readequação do enxoval e/ou apuração de valores a serem considerados como custo adicional, observado o limite percentual contratualmente estabelecido.

7.4.2.4. A evasão apurada nos inventários trimestrais ficará a cargo do CONTRATANTE desde que, comprovadamente, tenha ocorrido nas dependências das unidades de saúde e exceda o limite de 8% (oito por cento) ao mês, em termos de valores financeiros do enxoval circulante exigido pelas unidades de saúde.

7.4.2.5. Destacamos que, por conta da rastreabilidade por meio da tecnologia RFID (ou equivalente), a contagem dos itens se torna mais rápido e eficiente.

7.4.2.6. Destacamos que a ferramenta RFID (ou equivalente), requisito para esta contratação, tem o objetivo de reduzir/evitar o extravio/evasão do enxoval hospitalar.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, bem como das orientações consolidadas do Tribunal de Contas da União, a Administração deve avaliar, de forma motivada, a possibilidade de parcelamento da solução, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajosa, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

8.2. No caso da presente contratação, procedeu-se à análise da viabilidade de parcelamento do objeto, especialmente quanto à possibilidade de segmentação entre o fornecimento de enxoval hospitalar, o processamento (lavagem, desinfecção, secagem e acondicionamento), o transporte e os sistemas de controle e rastreabilidade.

8.3. Todavia, a partir da avaliação técnica realizada, conclui-se que o parcelamento da solução não se mostra recomendável, uma vez que o serviço de lavanderia hospitalar constitui atividade contínua, integrada e indivisível do ponto de vista operacional, sanitário e assistencial, cuja fragmentação acarretaria riscos relevantes à eficiência, à segurança do paciente e à continuidade do serviço público essencial.

8.4. Com efeito, o processamento do enxoval hospitalar envolve etapas sucessivas e interdependentes, que demandam coordenação operacional única, padronização de protocolos sanitários, controle rigoroso de fluxos limpo/sujo, rastreabilidade das peças e responsabilização integral pelo resultado final. A eventual contratação de fornecedores distintos para cada etapa poderia gerar diluição de responsabilidades, dificuldades de fiscalização, conflitos operacionais e aumento do risco de falhas no controle de infecção hospitalar.

8.5. Além disso, o parcelamento do objeto poderia comprometer a responsabilização objetiva da contratada quanto à qualidade sanitária do serviço, uma vez que não seria possível atribuir, de forma clara e imediata, a origem de eventuais inconformidades, extravios de enxoval, atrasos na reposição ou falhas no processamento, circunstâncias que impactam diretamente a assistência prestada pelas unidades de saúde.

8.6. Ressalte-se, ainda, que a adoção de múltiplos contratos para etapas distintas do serviço implicaria aumento da complexidade da gestão contratual, elevação dos custos administrativos, ampliação dos riscos de descontinuidade e potencial prejuízo à economicidade, em afronta aos princípios da eficiência e do planejamento que regem as contratações públicas.

8.7. **Sob o aspecto econômico, verificou-se que a contratação integrada tende a proporcionar ganhos de escala, maior eficiência logística, melhor aproveitamento da infraestrutura especializada e redução de custos globais, quando comparada à contratação fragmentada, que demandaria sobreposição de estruturas, transportes e controles paralelos.**

8.8. Ademais, o mercado especializado de lavanderia hospitalar apresenta-se estruturado para a prestação integral do serviço, com empresas capacitadas técnica e operacionalmente para assumir todas as etapas do processo, inclusive o fornecimento e a gestão do enxoval, o que demonstra que a não divisão do objeto não restringe a competitividade, mas, ao contrário, se alinha à prática consolidada do setor.

8.9. Diante de todo o exposto, conclui-se que a não adoção do parcelamento da solução revela-se tecnicamente justificada, operacionalmente necessária e economicamente **vantajosa**, sendo a contratação integrada a alternativa mais adequada para assegurar a continuidade, a segurança e a qualidade da assistência em saúde, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade, da segurança sanitária e do interesse público, atendendo, assim, às exigências da Lei nº 14.133/2021 e às orientações do Tribunal de Contas da União.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. As Unidades de Saúde a serem contempladas nesta contratação possuem perfil assistencial

variado que compreende atendimento de urgência e emergência 24h, assistência médica especializada, cirurgias, terapia intensiva, internação, ambulatório, atendimento em saúde mental, atendimento semi-integral, entre outros, em observância à distribuição de competências entre a União, os estados e os municípios, na gestão do Sistema Único de Saúde- SUS, portanto, o objeto desta contratação proposto pela Administração, obedecerá aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

9.2. Pretende-se com a referida contratação, obter roupa padronizada, limpa, higienizada, isenta de microorganismos, com boa coloração, em perfeitas condições de uso e rastreável, para usuários e servidores das Unidades da SEMUS, proporcionando assistência e condições de trabalho em conformidade com os princípios do SUS, favorecendo:

- a. Manutenção da uniformidade, padrão de higiene, boa apresentação pessoal, prevenção de acidentes e doenças ocupacionais;
- b. Padronização e melhores condições de trabalho para os servidores que utilizarão roupas adequadas e em perfeito estado;
- c. Redução do risco de infecções hospitalares, através de tratamento adequado do enxoval;
- d. Economicidade na ação, considerando, dentre os critérios socioambientais que deverão ser observados nas aquisições e contratações de obras e serviços;
- e. Economia no consumo de água e energia;
- f. Disponibilidade de material, sempre em perfeito estado e condições de uso;
- g. Maior controle da circulação do enxoval nos setores das unidades de saúde, pela perspectiva da tecnologia de rastreamento que otimiza o processo de distribuição e coleta de roupas e torna o processo mais eficiente e seguro no decorrer do tempo;
- h. Possibilidade de conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração;
- i. Prevenção de surtos de infecções relacionadas a assistência à saúde, atendendo assim os padrões da Vigilância Sanitária e da Coordenação da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH das instituições.
- j. Atender às disposições contidas nos normativos, que disciplinam os serviços em questão de acordo com sua natureza.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Previamente ao contrato é necessário a designação e capacitação da equipe de fiscalização para monitoramento do cumprimento dos critérios de sustentabilidade e qualidade definidos neste ETP e que devem ser ratificados no Termo de Referência a ser elaborado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Cumpre esclarecer que a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS possui contrato vigente para a prestação de serviços de lavanderia hospitalar, cujo objeto compreende a prestação de serviços de processamento de roupas hospitalares, incluindo a coleta, lavagem, desinfecção, secagem e distribuição, bem como o fornecimento de enxoval em regime de comodato e de todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para atendimento das Unidades de Saúde vinculadas à Superintendência de Assistência à Rede de Saúde, com medição e pagamento realizados por quilograma (kg) de roupa efetivamente processada, nos termos do respectivo Termo de Referência e demais instrumentos do ajuste.

11.2. Não obstante a regular formalização do referido ajuste, verificou-se, no curso da execução contratual, que o quantitativo de enxoval e a capacidade operacional contratada não se mostram suficientes para atender

à atual realidade assistencial da Rede Municipal de Saúde, em razão de fatores supervenientes devidamente identificados pelo setor demandante, conforme consignado no Memorando nº 926/2026 emitido pela Coordenação dos Serviços da Rede de Atenção às Urgências e Emergências/SARS/SEMUS.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A lavanderia hospitalar pode causar impactos ambientais críticos devido a presença de poluentes e produtos químicos no processamento das roupas. Estes impactos podem ser sentidos no ar, no solo e na água, e incluem:

- a. A geração dos efluentes líquidos: os efluentes líquidos gerados na lavanderia hospitalar podem ser lançados diretamente na rede de esgoto, sem tratamento;
- b. Geração de resíduos sólidos: resíduos de tecido, embalagem de produtos químicos, roupas descartadas;
- c. Emissões de poluentes atmosféricos: os processos produtivos das lavanderias podem causar emissões gasosas que podem ser prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente;
- d. Emissão de ruído: os processos de produção pode causar danos à saúde dos trabalhadores;
- e. Eutrofização: os detergentes e espumas utilizados nas lavanderias podem causar eutrofização, um processo que leva ao acúmulo de nutrientes em cursos de água, prejudicando os peixes e outros animais aquáticos.
- f. Os processos da lavanderia demandam um grande consumo de água;
- g. A execução dos processos causam exposição a materiais biológicos e o risco de acidentes com materiais perfurocortantes;
- h. Geração de lixo séptico (resíduos infectantes e biomédicos)
- i. Risco biológico cruzado, do reuso, do descarte irregular do enxoval hospitalar.

12.2. Considerando os impactos elencados destacamos a necessidade da empresa especializada no processamento da roupa hospitalar de adotar meios ecologicamente válidos para fazer os seus processos, atendendo aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental abordado no tópico.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO - Art. 18, § 1º, XIII, da Lei n. 14.133/2021

13.1. Diante do exposto, esta equipe de planejamento declara viável a contratação em tela, nos termos dispostos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) considerando os pontos listados a seguir:

- a. A contratação alinha-se às finalidades do Órgão e é viável do ponto de vista ambiental, econômico estratégico conforme demonstra este estudo.
- b. Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão.
- c. O quantitativo apresentado para contratação está coerente com a demanda prevista.
- d. No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por um número de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência.

- e. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.
- f. Continuidade dos serviços assistenciais, reduz riscos sanitários associados ao processamento inadequado de roupas hospitalares e promove maior eficiência na gestão e controle do enxoval das unidades de saúde.

São Luís-MA, data do sistema.

BRENDA LOPES CABRAL

Responsável pela elaboração do ETP/Prt.nº2.364/2024/EPC

Assistente Técnico

Mat. 63229



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Brenda Lopes Cabral, Técnico de Nível Superior**, em 08/05/2026, às 11:06, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3893483** e o código CRC **A8FC10A6**.

Processo nº: 15901.001415/2026

Documento nº: 3893483v3 - SEMUS